



**UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ**  
**MESTRADO EM PSICOLOGIA**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PSICOLOGIA SOCIAL E SAÚDE**

**ANDREZA CRISTINA DA SILVA**

**SENTIDOS DO CENTRO POP PARA PESSOAS ADULTAS EM SITUAÇÃO DE RUA:  
ESTUDO DE DOIS MUNICÍPIOS**

**CURITIBA**

**2020**

**ANDREZA CRISTINA DA SILVA**

**SENTIDOS DO CENTRO POP PARA PESSOAS ADULTAS EM SITUAÇÃO DE RUA:  
ESTUDO DE DOIS MUNICÍPIOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito necessário para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social e Saúde

Orientadora: Profa. Dra. Grazielle Tagliamento

**CURITIBA**

**2020**

Dados Internacionais de Catalogação na fonte  
Biblioteca "Sydney Antonio Rangel Santos"  
Universidade Tuiuti do Paraná

S586 Silva, Andreza Cristina da.

Sentidos do Centro Pop para pessoas adultas em situação de rua: estudo de dois municípios / Andreza Cristina da Silva; orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Grazielle Tagliamento.

102f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2020.

1. Centro Pop. 2. Pessoas em situação de rua. 3. Sentidos. 4. Psicologia social. I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Psicologia/ Mestrado em Psicologia.  
II. Título.

CDD - 362.732

Nome: Andreza Cristina da Silva

Título: Sentidos do Centro Pop para pessoas adultas em situação de rua: Estudo de dois municípios

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Saúde da Universidade Tuiuti do Paraná para obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

**Banca examinadora**

Assinatura \_\_\_\_\_  
Professora orientadora Doutora Grazielle Tagliamento  
Instituição: Universidade Tuiuti do Paraná

Assinatura \_\_\_\_\_  
Professora Doutora Eliane Cleonice Alves Precoma  
Instituição: Universidade Federal do Paraná

Assinatura \_\_\_\_\_  
Professora Doutora Denise de Camargo  
Instituição: Universidade Tuiuti do Paraná

“Em memória de Sebastiana Martins de Souza  
Saúde Memo”

## **AGRADECIMENTOS**

Há muitas pessoas para agradecer, porém, para não correr o risco de esquecer o nome de alguém, ou não citar quem acredita que deveria ser citado, não colocarei nomes aqui. Eles e elas sabem quem são! Aproveito apenas para me desculpar pelas vezes que menti, sim, no mestrado aprendi a mentir. Disse algumas vezes no trabalho que não tinha aula, e, para os professores, que tinha de trabalhar, na verdade, não tinha dinheiro, não tinha o que comer, não havia como sair de casa, então ficava trabalhando, a alimentação era garantida. Não pretendo de forma alguma romantizar o esforço, mas repudio a mentira e, por isso, estou me desculpando.

Obrigada a todas e todos, tive apoio de várias formas, formei redes, não há como retribuir. Repito que acredito que todos e todas sabem quem são, mas, seria injusto não destacar meus pais Mara e Zilmo, e os queridos Fabio (veterinário) e Kellen (cabeleireira) que inúmeras vezes compreenderam minha situação financeira. Gratidão define!

Finalizo com Projota: “Se o diabo amassa o pão, você morre ou você come? Eu não morri e nem comi, eu fiz amizade com a fome!”

## RESUMO

O crescente número de pesquisas em torno do tema “pessoas em situação de rua” vem ampliando as referências bibliográficas tendo como foco o sujeito. Muito se preocupa em esclarecer por que o indivíduo está nas ruas, como sua vida chegou nesta situação, contudo, ainda é pequeno o número de trabalhos que se ocupam em pesquisar os locais de atendimento a essa população. Frente ao exposto, esta pesquisa teve por objetivo identificar quais são os sentidos que o equipamento Centro Pop tem para quem usufrui de seus serviços. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 10 pessoas em situação de rua de dois municípios. A análise partiu das práticas discursivas, sendo dividida em dois momentos. Primeiramente, descrevemos as práticas cotidianas, revelando um pouco do dia a dia nos equipamentos. Posteriormente, foi empreendida uma análise em relação às expectativas que as pessoas têm ao buscar atendimento no Centro Pop e como esse atendimento proporcionou mudança de vida ou não para elas. Pôde-se observar que os equipamentos mantêm as pessoas em dependência do Estado, não permitindo mudança de rotina ou de vida. Os serviços ofertados, ao se distanciarem das necessidades individuais, proporcionam que as pessoas tenham as suas potencialidades reduzidas, sejam desumanizadas. Conclui-se que o Centro Pop, por meio das relações estabelecidas, parece causar dano às pessoas em situação de rua. Não atende às expectativas das pessoas em situação de rua, sejam as mais simples, como espaço para higiene, ou mais complexas, como a real possibilidade de saída das ruas.

**Palavras-chave:** Centro Pop. Pessoas em situação de rua. Sentidos. Psicologia social.

## ABSTRACT

The growing number of researches on the topic “people in a street situation” has been expanding bibliographic references focusing on the subject. Concerned with clarifying why the individual is on the streets, how did your life get in that situation. However, there is still a small number of studies that are concerned with researching the places where this population is served. Thus, this research aimed to identify the meanings that the “Centro Pop” equipment has for those who enjoy its services. Therefore, semi-structured interviews were carried out with 10 people in a street situation from two municipalities. The analysis started from the discursive practices, being divided in two moments. First, we describe everyday practices, revealing a little bit of day-to-day equipment. Subsequently, an analysis was carried out in relation to the expectations that people have when seeking care at the “Centro Pop”, and how this service provided life change or not for them. It was observed that the equipment keeps people dependent on the State, not allowing routine or life change. The services offered, by distancing themselves from individual needs, provide that people have their potential reduced, are dehumanized. It is concluded that the “Centro Pop”, through the established relationships, seems to cause harm to the people in a street situation. Does not meet the expectations of people in a street situation, whether the simplest, as a space for hygiene, or more complex, such as the real possibility of leaving the streets.

**Keywords:** Centro Pop; People in a street situation; Meaning; Social psychology.



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Classificação dos direitos a partir da sua geração e característica. ....	31
<b>Quadro 2</b> – Declarações de garantia dos direitos humanos.....	32
<b>Quadro 3</b> – Parâmetros de referência por porte populacional.....	47
<b>Quadro 4</b> – Equipe mínima Centro Pop. ....	53
<b>Quadro 5</b> – Caracterização dos entrevistados. ....	64

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Motivos que levam à situação de rua.....	20
<b>Tabela 2</b> – Centros Pop por estado. ....	52
<b>Tabela 3</b> – Banheiros disponíveis aos usuários do Centro Pop .....	54
<b>Tabela 4</b> – Chuveiros disponíveis aos usuários do Centro Pop.....	54

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua
CIAMP/RUA	Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAS	Fundação de Ação Social
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INRUA	Instituto Nacional de Direitos Humanos da População em Situação de Rua
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
NOB/RH	Norma Operacional Básica/Recursos Humanos
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIA	Plano Individual de Atendimento

PIS	Programa de Integração Social
SAM	Serviço de Assistência a Menores
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNE	União Nacional dos Estudantes
UTP	Universidade Tuiuti do Paraná

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>6</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>7</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>8</b>
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	<b>9</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	<b>10</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	<b>11</b>
<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>13</b>
<b>Apresentação</b> .....	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>1 População em Situação de Rua</b> .....	<b>19</b>
1.1 Processos de Estigmatização e Discriminação .....	23
<b>2 Historicidade dos Direitos</b> .....	<b>28</b>
2.1 A Contribuição das Crianças e Adolescentes em Situação de Rua.....	37
<b>3 Políticas Públicas para População em Situação de Rua</b> .....	<b>45</b>
3.1 Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop).....	49
<b>4 Método</b> .....	<b>56</b>
4.1 Participantes e Campo .....	58
4.2 Conhecendo os Participantes.....	60
4.3 Análise dos Dados .....	64
<b>5 O Acesso ao Equipamento</b> .....	<b>66</b>
5.1 Práticas dentro do Serviço .....	71
<b>6 Sentidos do Centro POP para as pessoas em situação de rua</b> .....	<b>78</b>
<b>7 Considerações Finais</b> .....	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>92</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>99</b>
Apêndice 1 – Roteiro de Entrevista.....	99
Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	100
<b>ANEXO</b> .....	<b>102</b>
Anexo 1 – Certificado de Aprovação do CEP .....	102

## APRESENTAÇÃO

Entrar no curso de mestrado foi algo que ocorreu ao acaso. Graduada em serviço social, com especialização em pedagogia social, tentei realizar o sonho de cursar psicologia. Como já havia utilizado o programa do governo na primeira graduação, não teria mais subsídio financeiro, então busquei uma faculdade que “coubesse no bolso.” Era tudo que eu queria, a formação era voltada ao social, tinha muito de políticas públicas, consegui uma bolsa de 50% e dispensa de algumas matérias. Foi um ano bom. Um. Então descobri a realidade da faculdade: professores sem pagamento, alunos formados há anos sem diploma, venda de diplomas e nem lembro mais o que. A instituição foi vendida. Houve greve, professores que se recusavam a aplicar avaliações, outros que aplicavam e não liberavam as notas, alguns “pagavam” para trabalhar, em busca de experiência no currículo. Enfim, a formação acadêmica ficou prejudicada, pensei em desistir, pois não tinha como pagar mensalidade em qualquer outra instituição.

No 5º período da faculdade, turmas inteiras debandaram em transferência, meu desespero aumentava, precisava continuar, mas a possibilidade de sequer receber o diploma me assombrava. Por acaso, vi no *site* da UTP que estava sendo realizada a seleção do mestrado. Me inscrevi para a prova como prêmio de consolação. Iria trancar a faculdade e provar para mim que posso ser aprovada num processo de mestrado, mesmo que não curse. E fui aprovada. Com a graduação trancada, pensei bem o que fazer. Decidi arriscar, embarquei na aventura do mestrado que chamava Psicologia Social Comunitária, tendo mudado para Psicologia Social e Saúde. Era a única não psicóloga da turma. Quase desisti várias vezes, seja pela falta do dinheiro do lanche, do transporte, da mensalidade, das fotocópias...

Mas não podia. Trabalho com público que me faz acordar diariamente e agradecer tudo que tenho e que me falta. Pessoas que me fazem valorizar cada oportunidade de beber água, por

exemplo. Pessoas que mostram que a vida é colorida. Não importam os desafios, a gente pode dar um jeito. Essas pessoas me fazem rir, chorar, me ensinam a ver cores no cinza. Essas pessoas compreenderam minha mudança de horário no trabalho e me apoiaram. Aos sábados, quando eu ia pagar horas, elas me diziam para voltar para casa e descansar, que eu não precisava me preocupar com elas.

Ah, essas pessoas...

Poderia escrever um capítulo ou livro sobre elas. Mas, vamos encurtar. Por essas pessoas, não desisti. Cursei o mestrado com todas as dificuldades que não imaginei enfrentar. Alguns psicólogos são maus, não tive apoio algum da minha turma. Acumulo uma dívida no banco que não faço ideia de como vou pagar. Mesmo assim, estou aqui e com as mensalidades em dia.

Escrevo este trabalho na 1ª pessoa do plural, nós, porque não escrevi sozinha. Além, claro, da perfeita orientação da professora doutora Grazielle Tagliamento, são coautores todos os participantes das entrevistas, meus amigos de debate Odair e Elisângela e minha família por compreender minhas ausências ou mesmo as vezes que fui aos parques e fiquei focada nos livros.

Termino o mestrado e volto para a graduação. A faculdade que cursava foi descredenciada pelo MEC. Começo a jornada com transferência. Espero finalizar mais esta aventura e não me separar da academia. Sonho com a docência e senti o gosto da sala de aula de forma diferente graças ao estágio do mestrado e a doutora Grazielle.

Agradeço com máximo respeito a todas as cores.

## INTRODUÇÃO

*A maior dor do vento, é não ser colorido  
(Mário Quintana)*

Os estudos sobre a população em situação de rua vêm tomando destaque na área acadêmica, entre 2002 e 2010, a produção de artigos que pudessem ser localizados com os descritores “morador de rua”; “população de rua”; “população em situação de rua”; “trajetória de rua”; “vivência de rua”; e “povo de rua”, no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e plataforma SciELO, se mostrava muito tímida, com uma média de um artigo por ano (Hack, Lima, Moreira, Oliveira, & Silva, 2018), apresentando um crescimento expressivo nos anos 2012 e 2014.

As políticas públicas mais estudadas são as de saúde, assistência social e habitação, estando presente em trinta e três, dezenove e três trabalhos respectivamente, dos cinquenta e cinco encontrados na revisão sistemática de Hack et al., (2018). Observe-se que até o momento o foco, independente do descritor, era as pessoas que estão em situação de rua e não os serviços oferecidos a elas.

Em uma busca realizada, entre os dias 26/03/2018 e 23/04/2018, no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o descritor ‘Centro Pop’ e ano inicial de publicação 2009, ano da previsão de criação do equipamento, encontramos cinco artigos que contêm o termo. Um discorre o trabalho de revitalização de um Centro Pop, promovendo o sentimento de pertença das pessoas que utilizam o serviço, as autoras Silva, Pinho, Martins e Ricci explicam como o trabalho de revitalização da sala de oficinas foi realizado; o artigo foi publicado em novembro de 2017. Outro descreve o trabalho de redução de danos (Oliveira, Sampaio, & Saldanha, 2015). O artigo traz o histórico da abordagem de redução de danos e avalia a pertinência de sua estratégia no atendimento a pessoas em situação de rua. O terceiro artigo trata de experiências de pesquisas acadêmicas sob



coordenação do projeto Fronteiras. Nesse trabalho, Valverde e Oliveira (2016) usam o termo Centro Pop apenas para descrever um equipamento que faz parte do atendimento a imigrantes. No quarto artigo, Schmidt e Robaina (2017) retratam as ações de remoção da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. O quinto trabalho, de Paiva, Lira, Justino, Miranda e Saraiva (2016), trata de uma revisão nas bases de dados Lilacs (Banco de Dados de Ciências da Saúde da América Latina e Caribe) e da BDENF (Base de Dados de Enfermagem) sobre as políticas que atendem às pessoas em situação de rua. O artigo mostrou que a produção de conhecimento na área ainda precisa avançar.

Percebemos assim, com uma exceção, que não foram encontradas pesquisas que abordem exatamente a temática Centro Pop sob olhar de quem usufrui dos serviços. Contudo, merece destaque a pesquisa realizada pelo departamento e programa de pós-graduação em administração da Universidade Federal do Espírito Santo, sob o título: *Sociedade e qualidade de serviços: direitos fundamentais das pessoas em situação de rua sob o enfoque teórico-metodológico Serviqual* (Miguel & Silveira, 2017), que apresenta uma avaliação, a partir da visão dos usuários do equipamento, do atendimento em um Centro Pop de Vitória, com relação à qualidade dos serviços prestados. Os autores Miguel e Silveira utilizam o método Serviqual para relacionar as expectativas quanto ao serviço e a realidade encontrada por quem os procura. Tentamos contato com os pesquisadores para obter melhores informações sobre o método citado, porém, não obtivemos retorno.

Este último artigo é o único que se aproxima da temática da presente pesquisa. Nesse sentido, esta pesquisa é importante por buscar preencher uma lacuna na literatura e por considerar a qualidade dos serviços prestados, como sugere Costa Filho (2012), pela visão de quem os usa, podendo, assim, colaborar com as ações e decisões de quem os oferta.

Nesse contexto, esta pesquisa pretende contribuir com os objetivos da Política Nacional para População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009), em seu artigo 7º, inciso VI, que

visa “incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento.” Assim, esta pesquisa se justifica por buscar junto aos usuários do Centro Pop explicar o que o equipamento representa em suas trajetórias de vida, levantando um panorama da qualidade dos serviços a partir da visão das pessoas que os utilizam, das suas necessidades.

Temos, portanto, por objetivo principal identificar os sentidos que os serviços oferecidos pelo Centro Pop têm para a população adulta em situação de rua; assim como descrever, pela visão dos usuários, como se dá o atendimento nesse serviço e quais são as suas expectativas em relação à realidade, ou seja, o que eles esperam do atendimento e como efetivamente são atendidos; consoante a Miguel e Silveira (2017, p. 225), “é necessário atender a critérios desejáveis por aqueles que o recebem.” Dessa forma, estaremos construindo com a população que está marginalizada pela sociedade um conhecimento sobre os serviços oferecidos a ela.

Vale informar que o interesse em abordar a presente temática surgiu inicialmente da minha prática de trabalho como assistente social em um Centro Pop. No equipamento, o público atendido tem a oportunidade de acessar demais serviços da rede socioassistencial, bem como receber encaminhamentos na área de saúde, educação, habitação, entre outros. Observamos pela prática que alguns usuários do serviço o acessam com alguma demanda e, após alguns dias de atendimento, mudam totalmente seu projeto de vida, abandonando a ideia inicial. Também observamos a dificuldade de algumas pessoas em deixar de frequentar o equipamento, mesmo não estando mais em situação de rua, pois desejam permanecer no atendimento do Centro Pop e recusam o do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) ou do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), por exemplo. Há, ainda, pessoas que negam qualquer aproximação com o Centro Pop, seja por uma experiência anterior não satisfatória, ou qualquer outra questão, a se esclarecer.

A prática também nos mostrou que os trabalhadores do serviço nem sempre estão preparados para atuar com pessoas em situação de rua. Embora esta seja uma discussão para outro momento, vale lembrar que a política pública descreve o equipamento como um Serviço Especializado. Contudo, faltam formações e análise de perfil para garantir o melhor e mais humanizado atendimento nos Centros Pop. Sabemos também que a compreensão de secretários e diretores da área influenciam no atendimento prestado à população, pois facilitam ou não o acesso a cursos, recursos, investimentos, organização e acesso à rede (demais serviços como saúde, educação, cultura, lazer, esporte, disponíveis no município).

Dessa forma, após análise dos resultados, poderemos dialogar com as gestões municipais e apontar as demandas e potencialidades dos serviços ofertados, visando à melhoria do atendimento a um público estigmatizado pela sociedade e, assim o sendo, não merecedor de qualidade. Pretendemos que o levantamento de dados traga subsídios para a formulação de orientações/formações aos profissionais que trabalham diretamente com esse público, reduzindo assim o citado estigma da meritocracia. Revelar a voz de quem utiliza o equipamento pode sensibilizar os que o gerenciam e provocar mudanças. A história de nosso país nos obriga a sempre relembrar os direitos conquistados e reforçar que se tratam de direitos e não favores.

Por fim, informamos que o termo ‘usuário’, utilizado algumas vezes no texto, refere-se, de acordo com a política pública, às pessoas que se beneficiam de algum serviço ou equipamento. Nesse caso, o público referenciado no serviço, os usuários, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, são: jovens, adultos, idosos e famílias (Brasil, 2017).

## **1 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

As pessoas que estão em situação de rua fazem parte de um contexto histórico iniciado a partir da organização dos meios de produção da sociedade. Conforme a Carta Aberta ao Presidente da República Federativa do Brasil, no Segundo Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, em 20 de maio de 2009:

o fenômeno população em situação de rua é antigo. Sua história remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, no processo de criação das condições necessárias à produção capitalista. No contexto da chamada acumulação primitiva, os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras e nem todos foram absorvidos pela indústria nascente. Isso fez com que a maioria desses camponeses vivenciasse a amarga experiência de perambular pelas ruas exposta à violência da sociedade opressora, que acabara de nascer. Assim surgiu o pauperismo que se generalizou pela Europa Ocidental, ao final do século XVIII e forjou o fenômeno população em situação de rua.

No Brasil, não foi muito diferente, historicamente, o país viveu nas décadas de 1970 e 1980 um acelerado crescimento das cidades, provindo do êxodo rural, acompanhado de demandas da sociedade por acesso a serviços de saúde, educação, habitação, trabalho, entre outros. Contudo, nem todos que buscavam uma vida melhor nas cidades foram incorporados pelo mercado de trabalho, ficando às margens do próprio sonho e juntando-se ao que Marx (2010) chama de exército industrial de reserva, os trabalhadores sobrantes, fruto da acumulação da riqueza no sistema de produção capitalista, que desvaloriza o material humano à medida que o aliena à produção. Ainda conforme o autor, manter alguns trabalhadores obrigatoriamente na ociosidade enquanto se sobrecarrega outros é uma forma de enriquecimento capitalista e aceleração da produção de contingente do exército industrial de reserva (2010). Trindade (2017)

elucida que “em verdade, o desemprego remonta aos primórdios da existência do capitalismo.” (p. 226).

As pessoas em situação de rua fazem parte das expressões da questão social, que se configura como um conjunto de desigualdades desencadeadas pelo sistema capitalista de produção, que acaba gerando, por meio da propriedade privada, uma parcela minoritária com acesso a bens e riqueza social, contrapondo uma parcela majoritária de excluídos (Behring & Boschetti, 2007). A desigualdade social e a pobreza enquanto condição de vida, junto a demais fatores subjetivos, forçam as pessoas a buscarem nas ruas seu espaço de sobrevivência. Calçadas, praças, parques, postos de gasolina, construções abandonadas, entre outros, viram moradia para os que não têm residência fixa.

Nesse cenário, o desemprego, o uso de álcool e outras drogas, os conflitos familiares, perda de moradia, entre outros, configuram-se como fatores que ocasionam a ida de pessoas para as ruas, como forma de sobreviver, conforme apontou a pesquisa realizada entre 30 de março e 20 de abril de 2016 e divulgada no mesmo ano pela Fundação de Ação Social de Curitiba, que contabilizou 1.715 pessoas vivendo nas ruas da capital (Tabela 1).

**Tabela 1** – Motivos que levam à situação de rua.

<b>Motivos que levaram à situação de rua</b>	
<b>Drogas</b>	<b>27,0</b> 
<b>Álcool</b>	<b>24,7</b> 
<b>Conflitos familiares</b>	<b>22,3</b> 
Desemprego	9,9 
Perda da moradia	5,9 
Decepção amorosa	4,0 
Preferência / Por opção	2,5 
Não quer responder	2,0 
Ameaça / violência	1,7 

**Fonte:** Jornal Gazeta do Povo (2016).

Neste ponto, vale destacar que há tempos vem se tentando traçar um perfil das pessoas que estão em situação de rua. No livro *População de Rua: quem é, como vive, como é vista*, Vieira, Bezerra e Rosa (1992) já apontavam para o perfil que finalmente começa a ser aceito pela sociedade trata-se de trabalhadores excedentes, desempregados e desamparados de seus direitos sociais. Embora o livro seja de 1992, a premissa sobre a mudança da figura do andarilho – hoje chamado de trecheiro – e do mendigo, termo considerado pejorativo devido a seu cunho histórico, é extremamente atual, a rua está mudando (Vieira et al., 1992).

Em 2009, com o Decreto nº 7.053, foi instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, quando então definiu-se um perfil dessa população:

grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Essa definição converge com preceitos anteriores que explicavam a população de rua como de caráter heterogêneo, sem trabalho e sem casa que usam as ruas como forma de sobrevivência e moradia (Vieira et al., 1992). A heterogeneidade deriva da mistura de situações encontradas nas ruas. Há pessoas que percorrem o país trabalhando em construção civil ou na agricultura (Vieira et al., 1992), e elas podem ficar temporariamente em situação de rua, dificultando uma contagem e conceituação precisa deste segmento.

Se na década de 1990 o desemprego era o principal responsável por as pessoas não conseguirem manter suas casas, ou sequer adquirirem a moradia, nos anos de 2007 e 2008, o uso prejudicial de substâncias psicoativas foi apontado como o principal motivo da ida para as ruas por 35,5% das 31,922 pessoas entrevistadas entre agosto de 2007 e maio de 2008 em 71

municípios do território nacional. O documento *Rua: Aprendendo a Contar*, do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), lançado em 2009, é a pesquisa mais ampla até o momento sobre a temática. Contudo, além de estar completando 10 anos e só por isso estar desatualizado, o documento recebeu críticas por não incluir na pesquisa capitais como São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre (Brasil, 2009).

O que se tem de concreto é a falta de dados. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ressalta que a pesquisa com população em situação de rua “exige metodologias de amostragem, logística de campo e abordagem do entrevistado bastante distintas do padrão usualmente utilizado [...]” (Natalino, 2016, p. 8). Há esforços para que essa população seja incluída no Censo de 2020, contudo, segundo Melito (2018), o IBGE já sinalizou a dificuldade de contar pessoas não domiciliadas, embora seja uma reivindicação do primeiro Encontro Nacional da População de Rua em 2005 e do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Ciamp/Rua). Ainda não se tem previsão de um levantamento que mostre quantas pessoas estão em situação de rua e quais as características socioeconômicas delas.

Em uma ação promovida pela Defensoria Pública da União, a Justiça Federal do Rio de Janeiro determinou que o governo federal e o IBGE incluíssem as pessoas em situação de rua na próxima pesquisa. Enquanto não ocorre o Censo, dispomos dos dados levantados em 2015 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Natalino, 2016) e publicados em outubro de 2016, que apontam que o Brasil tem mais de cem mil pessoas em situação de rua. Esse número vem aumentando significativamente, a exemplo, o Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop) do município de Petrópolis (RJ) aumentou de 40 para 90 o número de refeições servidas de maio para agosto de 2018 (G1, 2018).

Em dezembro de 2019, por meio de contato telefônico, o Instituto Nacional de Direitos Humanos da População em Situação de Rua (InRua), com sede em Curitiba, nos informou que trabalhava com os dados oficiais divulgados pela capital paranaense. Contudo, ressaltaram que representantes do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) acreditavam que o número de pessoas em situação de rua no município se aproximava dos 5 mil.

De acordo com o IBGE (2018), o país tem mais de 13 milhões de pessoas desempregadas, o empobrecimento da classe trabalhadora aumenta a miséria (Vieira et al., 1992), em consequência, a falta de renda fixa, somando conflitos familiares, falta de apoio da rede, entre outras circunstâncias, fazem com que as pessoas sejam forçadas a buscar nas ruas alguma forma de preservação de suas vidas.

A característica fundamental de quem está em situação de rua é a falta de moradia, mesmo que a pessoa esteja utilizando de abrigos, albergues, casas de passagens ou demais equipamentos para pernoite. Conforme o MDS, a predominância de pessoas em situação de rua é do gênero masculino (82%), jovem, em idade economicamente ativa, com ensino fundamental incompleto (63,5%) (Brasil, 2009). Famílias inteiras nas ruas constituem um fenômeno novo, crianças e adolescentes estão, ou deveriam estar em acompanhamento pelo Conselho Tutelar, poucas pessoas nascem e permanecem nas ruas (Frangella, 2004).

### **1.1 Processos de Estigmatização e Discriminação**

A população em situação de rua é fenômeno histórico que remonta desde a organização da propriedade privada. Guareschi (2014) aponta que a divisão social do trabalho com as relações de dominação e exploração gera os processos de exclusão. Conforme Melo (2017):

O aparecimento desse contingente de pessoas nas ruas é atribuído à decomposição de sistemas de posição em formas sociais anteriores; e à redefinição de seus princípios de



organização, tal como a consolidação da propriedade privada, estabelecimento da escravidão, das cidades e Estados, do desenvolvimento do direito escrito, da economia monetária e da divisão do trabalho. (p. 68).

As denominações também são históricas, esse seguimento da população já foi chamado de “mendigos, vadios, vagabundos, indigentes, andarilhos, migrantes, loucos de rua, habitantes de rua, povo de rua, sofredores de rua, trecheiros, moradores de rua, população de rua, dentre outros.” (Melo, 2017, p. 66). Atualmente, o termo usado é população em situação de rua, e há um movimento para que os adjetivos anteriores não estigmatizem essas pessoas. Os primeiros termos, mendigos, vadios e vagabundos, carregam um cunho social de culpabilização do sujeito, como se estivesse nesta situação por vontade própria.

Melo (2017) nos mostra que a Europa, a partir do século XIV começa a tomar medidas visando conter as pessoas consideradas vagabundas. Refletindo no Brasil, encontramos as Ordenações Filipinas, documento de Portugal, vigente em nosso país até 1916, onde constava que pessoas sem um senhor ou amo e sem exercer atividades que pudessem garantir a própria sobrevivência seriam presas e açoitadas publicamente; os julgados como vadios seriam exilados para África.

Já no Código Criminal do Império do Brasil, datado de 1830, o artigo 295 explicita que, se após advertido por um juiz de paz a pessoa não trabalhar e não receber renda suficiente para subsistir, será presa e deverá trabalhar de oito a vinte e quatro dias. No artigo seguinte, 296, há punição para quem mendigar, com penas de prisão simples ou com trabalho, de oito dias a um mês, considerando o estado de saúde do “mendigo”.

A mendicância continua a ser repreendida no Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1890. A partir do artigo 391, observamos penalidades para quem pedisse esmolas tendo condições de trabalhar, ou, em caso negativo, não usufruir dos asilos e hospícios para “mendigos” quando disponíveis. Já no artigo 399, os vadios são penalizados por não

trabalhar e, assim, não prover o próprio sustento. Seguindo para 1941, a Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941) mantém penalidades para mendicância e ociosidade, sendo revogados apenas os artigos referentes a “mendigos” em 2009 pela Lei nº 11.983.

Essa breve contextualização histórica ilustra a forma como as pessoas que estavam nas ruas eram (e são!) marginalizadas pela sociedade, as leis apenas exigiam, sem prever condições ou alternativas para os julgados mendigos ou vadios, que, nos atrevemos a caracterizar como pobres e pretos. Para Marx (1851/1852) essas pessoas fazem parte do lumpemproletariado, sujeitos que não pertencem à classe trabalhadora, ou não têm um emprego que respeite a moral e bons costumes. O lumpemproletariado engloba, conforme Marx (1851/1852):

arruinados e aventureiros rebentos da burguesia, havia vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, forçados foragidos das galés, chantagistas, saltimbancos, lazzarani, punguistas, trapaceiros, jogadores, maquereaus, donos de bordéis, carregadores, literati, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de facas, soldadores, mendigos - em suma, toda essa massa indefinida e desintegrada, atirada de ceca em meca, que os franceses chamam la bohême. (p. 29).

O fator pobreza, característica comum entre os citados acima, é visto pela sociedade como intolerável, carrega um status social de desvalorização, obriga os considerados pobres a disfarçarem sua situação para tentar fugir do estigma. A humilhação proporciona o sentimento de eles não se verem como classe social (Paugam, 2014). Embora atualmente possamos observar avanços significativos no atendimento às pessoas que estão em situação de rua, a história nos mostra que foi criado um estigma e a sociedade ainda os marginaliza.

Na Grécia, para identificar uma pessoa como escravo, criminoso, ou que por qualquer motivo deveria ser evitada, marcava-se seu corpo com desenhos a fogo ou cortes, essa prática ficou conhecida como estigma (Goffman, 1981). Dessa forma, quando se estigmatiza uma pessoa ou população, está se tentando desvalorizar seu caráter, depreciar suas qualidades (Goffman,

1981) e assumir uma posição, pois se sente superior a quem está sendo estigmatizado, expressando uma relação de poder e dominação (Parker & Aggleton, 2001).

É importante destacar que o estigma sempre está acompanhado de uma história (Parker & Aggleton, 2001). No caso das pessoas em situação de rua, as já discutidas instauração do sistema capitalista de produção e períodos de escravidão são apontadas como processos majoritariamente responsáveis pelos estigmas que carregam atualmente.

Para Paugam (2014), desqualificação social é um processo gradativo de expulsão da população do mercado de trabalho somado às experiências simultâneas ocorridas na assistência durante esse processo. O que estigmatiza os pobres não é a pobreza, e sim a ausência de seu histórico, bem como a relação com os serviços assistenciais. Ainda conforme o autor, pesquisas realizadas na França apontam que pessoas desempregadas tendem a se distanciar de familiares; “quanto mais precária for a situação no mercado de trabalho, maior é a possibilidade de o indivíduo não ter nenhuma relação com a família” (Paugam, 2014, p. 74). Estaria aí um desenvolvimento de ruptura de vínculos, provindo da experiência da humilhação por não corresponder ao que se espera socialmente, desestabilizando as relações com o outro (Paugam, 2014) e fechando o indivíduo em si.

Toda essa experiência de estar em atendimento nas políticas de assistência social (quando existem), de não conseguir emprego e se afastar de familiares acumula sentimentos de fracasso e inutilidade. A falta de esperança leva as pessoas a buscarem no álcool ou outras drogas uma forma de compensar a infelicidade (Paugam, 2014), a fragilidade dos vínculos familiares evolui para o rompimento e a pessoa acaba em situação de rua, à margem da sociedade.

Contudo, como pode ser observado, “a sociedade exclui para incluir” (Sawaia, 2014, p. 8), ou seja, a exclusão é dialética, um processo que se apresenta de várias formas e atinge as

peças por inteiro (Sawaia, 2014). Embora seja determinada economicamente, a exclusão não se limita ao material, engloba o indivíduo e suas subjetividades.

Berger e Luckmann (2014) afirmam que se tratam de esquemas tipificadores, ou seja, conhecimentos construídos e compartilhados socialmente no cotidiano, pelos quais apreendemos o outro. A maneira como reagimos às situações, como lidamos com as pessoas, são expressões das tipificações que “serão mantidas até nova ordem” (Berger & Luckmann, 2014, p. 48). A linguagem transcende as tipificações, por meio dela, podemos trocar experiências (Berger & Luckmann, 2014), no caso, compartilhar o que pensamos sobre pessoas em situação de rua, sem estarmos na presença delas. As rotinas do cotidiano vão nos dando um estoque de conhecimento (Berger & Luckmann, 2014), acumulamos informações gerais conforme as experiências vividas. A partir desse conhecimento, o mundo é interpretado.

Não paramos para pensar na situação de quem está nas ruas, enraizamos o estigma e o reproduzimos. Assim, um caráter negativo é lançado sobre essas pessoas, que são desacreditadas e desvalorizadas devido à estigmatização (Parker & Aggleton, 2001). A sociedade, talvez por seu histórico, reprisa a marginalização que reverbera por séculos impedindo uma inclusão real.

Esse processo de compartilhamento de conhecimento influencia na construção da identidade pessoal (Mattos & Ferreira, 2004). Os esquemas tipificadores definem papéis (Berger & Luckmann, 2014) e o discurso pode ser interiorizado por quem está em situação de rua e, dessa forma, prejudicar a reflexão, que geraria a mudança. A pessoa passa a acreditar no que está ouvindo da sociedade e o estigma é internalizado.

## 2 HISTORICIDADE DOS DIREITOS

Para compreender o histórico de atendimento à população em situação de rua, antes se faz necessário conhecer a definição de políticas sociais, pois é por meio delas que o Estado, entendido como governo mais sociedade civil organizada, presta assistência à sociedade em suas diversas demandas. As políticas sociais carregam em seu histórico uma bagagem assistencialista que se reinventa conforme as crises do capitalismo ou as fortes pressões da massa trabalhadora.

O liberalismo entende políticas sociais como um desperdício e vê o Estado, segundo Behring e Boschetti (2007, p. 56), como um “mal necessário que se resume a fornecer a base legal com a qual o mercado pode melhor maximizar os ‘benefícios aos homens’”, retirando assim a responsabilidade deste sobre as expressões da questão social.

O enfrentamento às multifacetadas expressões da questão social originadas pelo sistema capitalista de produção se dá por meio de políticas sociais que são segmentadas por direitos, como explicam Behring e Boschetti (2007). Estas podem ser públicas ou privadas e em geral servem como instrumento de regulação do capitalismo, pois ao mesmo tempo em que atendem os trabalhadores e as expressões da questão social no sentido de acesso a direitos, as políticas sociais mantêm o sistema capitalista como “melhor” opção da sociedade, trabalhando as desigualdades em caráter compensatório, paliativo e corretivo, desconsiderando o fator gerador das mesmas. Segundo as autoras, as políticas sociais foram assumidas pelo Estado capitalista moderno nas suas relações com a sociedade de produzir, instituir e distribuir bens e serviços sociais reconhecidos como direitos e cidadania, ou seja, para enfrentar as expressões da questão social como desemprego, violências, miséria, abandono etc.

O atendimento prestado pelo terceiro setor faz parte da estratégia neoliberal para reorganizar o capitalismo, ajudando no atendimento social e desmontando a noção de direitos,

ao mesmo tempo que amplia o acesso aos mesmos. Longe de criticar as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), defendemos que a crítica aqui vá para o Estado, que terceiriza suas obrigações. Segundo Sales (2006, p. 209), “os esforços do Estado e das classes dominantes no Brasil... são de manter o *demos*, a sociedade civil organizada, no silêncio e na invisibilidade”. Dessa forma, o atendimento às reivindicações da classe trabalhadora ocorre através da pressão da classe sobre o Estado e da concessão de benefícios deste último com vistas a manter o *status quo* vigente.

Antes de prosseguir, reforçamos a importância das atividades desenvolvidas pelas OSCs. Para as pessoas que estão em situação de rua, é o alimento emergencial, a aproximação, o ouvir, são iniciativas que podem encorajar a enfrentar mais um dia, a elaborar um planejamento, enfim, até mesmo a mudar de vida.

A consolidação das políticas sociais no Brasil se dá após a 2ª Guerra Mundial (Behring & Boschetti, 2007; Couto, 2006; Gomes da Silva & Lima, 2017). Vale lembrar, como apontado por Fernandes (2011), que nem toda política social é pública e esta última não se restringe à área social, podendo ser de várias naturezas, uma vez que se tratam de ações desenvolvidas pelo Estado e/ou por entidades de finalidade pública para atender às demandas da sociedade.

Além disso, o termo política, quando sozinho (não falamos agora de políticas públicas), conforme Arendt (2002), refere-se à ação plural do homem, revela a convivência dos diferentes, seu sentido é a liberdade em termos amplos, política é o que regula a convivência do homem no mundo. Não se trata de partidos, mas relações de força, poder. Na sociedade, como nos mostra Santos (2013), o Estado é a forma institucional do mecanismo de poder “dominação” que ocorre no espaço da cidadania mediando as relações. O Estado regula os interesses individuais da sociedade civil, contudo depende de governo para atuar com maior ou menor ênfase em um ou outro segmento.

Políticas públicas são ações regulamentadas pelo governo para atender a determinadas demandas (Souza, 2006; Simões, 2014). Englobam programas e atividades desempenhados pelo Estado em diversos setores, como saúde, cultura, educação, entre outros, a fim de garantir direitos previstos constitucionalmente, ou reivindicados pela sociedade. Podem também regular atividades econômicas estatais ou privadas, de interesse público. Ambas, são encontradas nos artigos 21 a 24 da Constituição Federal de 1988.

As políticas públicas podem ser distributivas, quando beneficiam grande número de destinatários; redistributivas, a exemplo da política de assistência social, que redireciona recursos financeiros; regulatórias, quando seus efeitos concretos ainda são desconhecidos; e constitutivas quando regem as próprias regras e estrutura dos processos (Simões, 2014).

A proteção social, desde seu surgimento, esteve ligada ao mercado de trabalho. Pereira (2008) nos mostra que a origem do conceito de proteção social mínima se dá na Grã-Bretanha, por meio do abono salarial em 1795, quando se instituiu uma renda complementar mínima a quem não tivesse condições de sobreviver com o salário que recebia.

Embora a história nos mostre que os direitos conquistados até hoje são fruto de lutas, debates e a forma capitalista de equilibrar a desigualdade de classes, devemos mencionar, conforme Couto (2006), que a doutrina filosófica jusnaturalista defende que os direitos na verdade deveriam ser próprios da condição humana, independentes de uma experiência ou prática; apenas por ser humano, o direito já se justificaria.

Ainda dentro da história, cronologicamente, os direitos civis foram efetivados no século XVIII, os políticos no século XIX e os sociais recentemente, no século XX. Vale ressaltar que mulheres, índios, crianças e outros segmentos populacionais não entraram imediatamente nas conquistas de direitos, cada sociedade discutiu de forma particular e em momentos distintos suas inclusões nas conquistas dos homens (Couto, 2006). O Quadro 1, sistematizado por Couto (2006), ilustra a classificação dos direitos a partir da sua geração e característica.

**Quadro 1** – Classificação dos direitos a partir da sua geração e característica.

<b>Classificação</b>	<b>Natureza</b>	<b>Fundamento</b>	<b>Relação/Estado</b>	<b>Titularidade</b>
1ª geração: Direitos civis e políticos	Individual	Liberdade	Cunho negativo - resistência ou oposição	O indivíduo
2ª geração: Direitos Sociais	Individual Coletivo	Igualdade	Cunho positivo - direitos por intermédio do Estado	O indivíduo
3ª geração: Direito ao desenvolvimento da paz, do meio ambiente e da autodeterminação dos povos	Coletivos Difusos	Solidariedade	Contra a ingerência do estado e particulares	Famílias, povo, nação, coletividades regionais ou étnicas, humanidade

**Fonte:** Couto (2006).

Ainda tentando traçar a história das conquistas dos direitos, encontramos dois documentos de importância central na cena mundial: a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, constituída pela Assembleia Nacional Constituinte Francesa, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, da Organização das Nações Unidas (ONU). Esses documentos expressam a investida de se universalizar direitos civis, políticos, econômicos e culturais no mundo (Couto, 2006). Houve diversas iniciativas em busca de direitos, conforme sistematizado no Quadro 2.



**Quadro 2 – Declarações de garantia dos direitos humanos.**

Ano	País	Acontecimentos	Direitos Defendidos
<b>Direitos Políticos e Cíveis</b>			
1689	Inglaterra	Bill of Rights Declaração contra o poder absoluto do rei	Liberdade da pessoa, justa sucessão da Coroa e poder para o Parlamento.
1776	Virgínia	Bill of Rights Declaração contra o domínio inglês	Liberdade, propriedade, felicidade e segurança.
1789	França	Declaração dos direitos do homem e do cidadão.	Liberdade, segurança e resistência a opressão.
1791	França	Constituição do país	Incorporação dos direitos defendidos pela Declaração dos Direitos do Homem e Cidadão.
1791	EUA	Emendas constitucionais	Dez emendas defendendo os direitos individuais.
<b>Direitos Políticos, Cíveis e Sociais</b>			
1793	França	Constituição Jacobina	Incorporação dos direitos ao trabalho, à instrução e à assistência aos desamparados.
1917	México	Constituição resultante da Revolução de 1910	Direito à propriedade privada, pública e social (agrária comunal), direito ao trabalho, ao salário, à folga à sindicalização. Direito das mulheres e dos jovens.
1917 1919	Rússia	Revolução Russa Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado	Ideias socialistas. Surgimento da consciência de que os indivíduos que não tem direitos a conservar são os que mais precisam do Estado. Incorporação dos direitos sociais.
1919	Alemanha	Constituição de Weimar	Incorporação dos direitos sociais dos trabalhadores premidos pelo movimento da classe operária.
1936	URSS	Constituição do país	Direito ao trabalho remunerado, ao descanso, à seguridade social e à educação.
1948	EUA (ONU)	Declaração Universal dos Direitos Humanos	Garantia dos direitos civis, políticos, econômicos e culturais.

Fonte: Couto (2006).

Focando no Brasil, as conquistas de direitos mantêm uma íntima relação com a economia e domínio colonialista (Pereira, 2008; Lobato, 2016). Até 1930, o foco da economia era a agroindústria, não havia planejamento social e o mercado atendia às demandas individuais. Nesse período, denominado *laissez-faire*, a política social sequer previa um mínimo de renda.

De forma frágil, foram criados em 1923 o Departamento Nacional do Trabalho e da Saúde, do Código Sanitário, e a Lei Eloi Chaves, que é a base da atual Previdência Social.

O período desenvolvimentista passou por diversos governos, desde 1930 até 1964. A economia deixou de ser agroexportadora e passou para urbano-industrial. As expressões da questão social ficaram à margem do Estado, as preocupações eram voltadas à maximização da economia, contudo avanços tímidos podem ser observados ainda nesse período. A seguir, destacamos alguns, como descreve Pereira (2008):

- ✓ Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;
- ✓ Criação da Carteira do Trabalho e legislação trabalhista;
- ✓ Criação do Ministério da Educação e Saúde;
- ✓ Criação dos Institutos de Aposentadoria e pensão;
- ✓ Promulgação da Constituição Federal de 1934 (com ideais liberalistas);
- ✓ Criação do Conselho Nacional de Serviço Social (ligado ao ministério da Educação e Saúde), para fiscalizar ações de entidades privadas.
- ✓ Instituição do salário mínimo;
- ✓ Promulgação da constituição Federal de 1946 (ainda defensora de ideais liberais);
- ✓ Plano SALTE – Saúde, alimentação, transporte e energia;
- ✓ Promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social;
- ✓ Criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O governo de João Goulart provocou a burguesia com sua proposta progressista de política social. Os tementes do socialismo se aliaram a forças agromercantis, resultando no golpe civil-militar de 1964, deixando o país num padrão de gestão autoritário (Oliveira, 2012; Couto, 2006; Pereira, 2008). O regime militar compreendeu o período de 1964 até 1985,

englobou, assim, diversos governos. Nesse momento, o Estado governou para as elites civis e militares, a economia era concentrada e excludente. Até o ano de 1974 havia forte repressão aos direitos civis e políticos, sempre na defesa do sistema capitalista. A partir de 1975, a preocupação com a pobreza passou a constar nos discursos políticos, todavia o objetivo, conforme aponta Pereira (2008), era conciliar o Estado com a maioria da população, que vinha sofrendo os danos causados pelo liberalismo, como preconceito, discriminação e racismo, além do desemprego, que atingia especialmente os negros e era alvo de reportagens (Guimarães, 2015).

Os poucos avanços na área dos direitos serviram para manter o crescimento econômico. Como os direitos civis e políticos continuavam bloqueados, os cidadãos se tornaram clientes das escassas políticas sociais (Pereira, 2008). As ações eram voltadas para o trabalho, como com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); Programa de Integração Social (PIS); Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP); e o Programa de Assistência Social ao Trabalhador Rural.

Entre 1976 e 1979, o Brasil foi atingido pelos efeitos da crise econômica mundial. O governo de Geisel, ao mesmo tempo que investia em formas imperiosas de controle político, difundia políticas sociais para atender ao descontentamento da sociedade. A sociedade civil organizada começou a ganhar força em busca da democracia, surgindo organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Associação Brasileira de Imprensa (ABI); Comunidades Eclesiais de Base (CEB); e União Nacional dos Estudantes (UNE) (Couto, 2006).

Novamente, em resposta à pressão popular, o Estado intensificou a política social. Dessa vez, resultando de articulações entre governo e sociedade e traçando objetivos próprios. Porém, como ainda estávamos entre avanços e retrocessos, os gastos sociais voltaram a retroceder a partir de 1980, com o governo de Figueiredo, provocando queda real de salários, aumento da pobreza e do desemprego, “assim como restrição da capacidade governamental de apresentar

respostas políticas, por mínimas que fossem, às necessidades humanas básicas.” (Pereira, 2008, p. 147).

A pressão da sociedade aumentou e, em 1984, o país viveu a maior mobilização popular da história da República (Oliveira, 2012). A população clamava por eleições diretas, em que o presidente da República seria escolhido pela maioria dos votos populares, e não mais pelo colégio eleitoral dos militares. Contudo, a ditadura militar só teve fim devido a desacordos partidários em que integrantes de partidos de apoio acabaram se desvinculando e criando partidos de oposição. A última eleição indireta foi vencida por Tancredo Neves, que foi a óbito poucos dias após assumir a presidência da República, deixando o cargo para José Sarney. O Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB), do qual Sarney era filiado, havia eleito os governadores de quase todos os estados, com apenas uma exceção, Sergipe, e detinha a maioria da bancada da Assembleia Nacional Constituinte, que previa a elaboração de uma nova constituição para substituir a criada nos governos militares (Oliveira, 2012).

Em 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal, conhecida, por prever direitos básicos, como à vida, liberdade, igualdade, saúde, educação, moradia, lazer, entre outros, também por Carta Magna ou Constituição Cidadã. Em seu segundo capítulo, a partir do artigo 6º, estão descritos os direitos sociais e na seção IV, a partir do artigo 203, estão os princípios gerais da assistência social, onde observamos imediatamente que será prestada “a quem dela necessitar” (Brasil, 1988).

Por meio da Carta Magna, ainda entre avanços e retrocessos de governos, as políticas sociais vão tomando corpo, deixando o cunho assistencialista e de caridade, passando a considerar efetivamente os direitos dos cidadãos e deveres do Estado. Couto (2006, p. 161) nos mostra que “pela primeira vez um texto constitucional é afirmativo no sentido de apontar a responsabilidade do Estado na cobertura das necessidades sociais da população e, na sua enunciação, reafirma que essa população tem acesso a esses direitos na condição de cidadão.”

No final do ano de 1993, foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, dando início ao processo de estruturação da política nacional de assistência social, que se enquadrou nos princípios da participação social, não contributiva, redistributiva, com vistas à provisão do atendimento às necessidades básicas (Brasil, 1993). Mas sabemos que as leis não se bastam em papéis, dependem de vontade política para que efetivamente possam acontecer. Dessa forma, outra vez, a economia passou à frente dos interesses do governo e as políticas sociais se mantiveram à margem dos investimentos. Durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 1 de janeiro de 2003, a política monetária foi prioridade, o neoliberalismo focou em privatizações e na estabilidade da moeda, a área social retomou o cunho assistencialista, contrariando a própria Constituição (Pereira, 2008).

A partir de 2003, o Brasil começou a viver um novo momento, com a vitória de um governo de esquerda à presidência, as políticas sociais ganharam abertura para discussão. Nesse mesmo ano, ocorreu a IV Conferência Nacional de Assistência Social, que deliberou sobre a necessidade de criação de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual foi efetivado em 15 de julho de 2005, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, criado anteriormente, em 2004, e com gestão descentralizada, conforme orientação da Política Nacional de Assistência Social:

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, cofinanciamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das

competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação. (2004, p. 39).

Essa política orienta os atendimentos que serão realizados à população; separa a proteção social em básica e especial, sendo esta última de média e alta complexidade; define os equipamentos e serviços que devem ser prestados e a quantidade de servidores/funcionários, mobiliário, estrutura física do local, enfim, todo o aparato necessário ao funcionamento do serviço. No próximo capítulo, discorreremos sobre as políticas públicas de assistência social específicas para a população em situação de rua. Mas, antes, veremos a trajetória das crianças e adolescentes em situação de rua, que com sua organização e luta, conquistaram avanços significativos em termos de políticas públicas.

## **2.1 A Contribuição das Crianças e Adolescentes em Situação de Rua**

Embora nosso foco sejam as pessoas adultas em situação de rua, merece destaque, mesmo que breve, a trajetória percorrida por crianças e adolescentes abandonados, que historicamente eram tratados como criminosos por meio de atendimentos que reiteravam propostas assistencialistas e mantinham a população “pobre” à margem da sociedade. Essa parcela da população se organizou e criou o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), exigindo políticas mais concretas e alterando a visão da sociedade sobre o tratamento prestado a crianças e adolescentes, tornando-os sujeitos de direitos.

No período colonial, o Brasil seguia as determinações de Portugal. Nessa época, Estado e Igreja se confundiam, o que deu margem para que os jesuítas usassem as crianças como meio de influência na conversão dos adultos indígenas às novas normas culturais e sociais. Além

disso, as crianças já eram preparadas para se tornarem adultos submissos ao Estado/Igreja. Destaca-se que o uso da força era permitido, caso houvesse resistência à catequese.

Com a proibição da escravidão dos índios, em 1755, se dá início, no Brasil, a importação de escravos negros como força de trabalho viável para a exploração da terra. Os filhos das mulheres negras já nasciam escravos e encontravam diversas dificuldades quanto à sobrevivência, pois, além das condições precárias das senzalas, as mulheres ainda eram alugadas como amas de leite e amamentavam diversas outras crianças.

Em 1871, criou-se a Lei do Ventre Livre, mantendo as crianças filhas de escravos na mão dos senhores, que poderiam optar em criá-las até os 14 anos, e então cobrar seus gastos com trabalho não remunerado até os 21 anos ou ainda entregá-las ao Estado, recebendo indenização pelo feito.

Segundo Rizzini (2009, p. 18), “o abandono de crianças, escravas ou não, era uma prática bastante frequente até meados do século XIX...” A forte influência da Igreja fazia com que filhos nascidos fora do casamento não fossem aceitos e, dessa forma, abandonados; as condições materiais também eram motivo de abandono. As crianças eram deixadas em igrejas ou em portas de casas, podendo ser recolhidas ou devoradas por animais.

Marcílio (1998) nos conta que no ano de 1726, o arcebispo de Salvador e o vice rei, que se mostravam preocupados com as situações de abandono, solicitaram a Mesa da Irmandade da Santa Casa, criar a primeira Roda dos Expostos<sup>1</sup> nos moldes de Lisboa, com o objetivo de cuidar das crianças abandonadas até que completassem sete anos, quando um juiz decidia seu futuro a partir de interesses de pessoas dispostas a manter a criança. O mais comum era o uso delas no trabalho.

---

<sup>1</sup> Tratava-se de um cilindro giratório acoplado na parede que ligava a rua ao interior do estabelecimento. As crianças eram colocadas lá e um sino era acionado. Desta forma, se preservava a identidade quem deixou a criança ali e se prestava assistência aos enjeitados ou expostos.

O município do Rio de Janeiro criou sua Roda em 1738, que nos anos de 1852 e 1853 atingiu uma taxa de mortalidade de 70%, evidenciando as condições precárias em que viviam as crianças. Foram criadas tantas outras Rodas pelo Brasil até 1927, quando foram abolidas oficialmente. Contudo, as atividades da Roda do Rio de Janeiro datam até 1938 e a de São Paulo até 1950 (Marcílio, 1998).

Durante o século XIX, por muito tempo, o Estado recolhia crianças abandonadas e as colocava em asilos de órfãos. Lá as meninas aprendiam a realizar tarefas domésticas e os meninos recebiam educação industrial. O propósito era que ambos aprendessem a desenvolver seu papel na sociedade (Rizzini, 2009).

Apenas a partir de 1980, esses asilos ou educandários começaram a ser questionados por suas práticas de atendimento impessoal e uso de dormitórios coletivos, além da rotulação que geravam: “menor institucionalizado”, estigmatizando jovens e dificultando suas vidas em comunidade (Rizzini, 2009).

Ainda na metade do século XIX, surgiu a puericultura, uma especialidade médica com objetivos de formalizar os cuidados adequados à infância. Os médicos criaram o movimento higienista e debateram sobre os cuidados com a infância. Um dos avanços do movimento foi o estabelecimento da “lei da higiene”, que significou melhorias dentro da Casa dos Expostos.

Os higienistas se identificavam como movimento filantrópico, diferenciando-se da caridade por adotar um método científico, contudo a preocupação maior era manter a ordem social. Dessa forma, os higienistas ofereciam consultas às crianças pobres e palestras para as mães, entre outros serviços (Trindade, 1999).

Em 1927 foi instituído o primeiro Código de Menores do Brasil, mantendo um caráter higienista, porém no sentido de “limpar” das ruas os elementos indesejáveis. Faleiros (2009) esclarece que crianças e adolescentes considerados delinquentes, recebiam atendimento de



forma repressiva e moralista, sendo encaminhadas pela polícia a escolas de reforma com o objetivo de proteger a sociedade da convivência com eles:

quando recolhemos um pequeno ser atirado sosinho nas tumultuosas marêtas dos refolhos sociais, victimas de paes indignos ou de taras profundas, **não é ele que nós protegemos, são as pessoas honestas que defendemos**; quando tentamos chamar ou fazer voltar á saúde physica ou moral seres decadentes e fracos, ameaçados pela contaminação do crime, **é a própria sociedade que defendemos** contra agressões das quais, para ella mesma, o abandono das crianças constitue uma ameaça ou presságio. (Magalhães, 1922 apud Rizzini, 2008, p. 84, grifos do autor).<sup>2</sup>

O Código de Menores já previa a perda ou suspensão do pátrio poder – atualmente denominado poder familiar - no caso de faltas cometidas pelos pais, o objetivo era coibir o abandono físico e/ou moral. Vale lembrar que anteriormente ao Código de Menores, com a grande demanda da força de trabalho, mulheres e crianças ingressavam em fábricas com salários baixíssimos e exploração de carga horária. Crianças e adolescentes eram recrutados nos asilos e os menores pobres trabalhavam para complementar a renda familiar (Rizzini, 2009).

Os patrões, que foram contra o Código de Menores por este não autorizar o trabalho de menores de 12 anos, justificavam a exploração infantil alegando que davam uma ocupação aos que estavam ociosos e nas ruas (Rizzini, 2009). O assunto é controverso até hoje, atualmente a exploração de força de trabalho infantil é ainda alarmante, mesmo com o atual texto da lei onde se afirma que a inserção do adolescente no mercado de trabalho pode ocorrer a partir dos 14 anos, na condição de adolescente aprendiz.

Perez e Passone (2010) relatam que, em 1941, o então presidente da república, Getúlio Vargas, criou o Serviço de Assistência a Menores (SAM) para atender aos “menores”

---

<sup>2</sup> Discurso proferido na sessão inaugural do I Congresso Brasileiro de Protecção á Infancia, em agosto de 1992, digitado conforme ortografia da época.

abandonados e aos desvalidos, encaminhando-os às instituições oficiais existentes ou às particulares por meio de convênios com o governo. Todavia, aos considerados delinquentes, o atendimento se dava nas escolas públicas de reforma, nas colônias ou nos presídios, pois as instituições privadas não ofertavam atendimento a eles.

O SAM atendia por intervenção clientelista e rotulava as crianças/adolescentes que por ali passavam como um “menor perigoso”. A mídia, ao mesmo tempo que ressaltava a periculosidade dos menores atendidos pelo SAM, denunciava os abusos praticados nos internatos. Ressalta-se que os jornalistas críticos do SAM faziam oposição ao governo de Getúlio Vargas e tinham intenções políticas ao denunciar a ineficácia do atendimento (Rizzini & Rizzini, 2004)

As pressões sobre o SAM foram muitas, as denúncias vinham inclusive do Supremo Tribunal Federal. Uma comissão chegou a ser montada para investigar o serviço. Em 1963, João Goulart criou outra comissão com o objetivo de reformular o órgão, entretanto, com o golpe civil militar de 1964, o presidente Marechal Humberto de Alencar Castello Branco deu início à extinção do SAM e à criação das Fundações Estaduais para o Bem-Estar do Menor (FEBEMs) (“A palavra da FUNABEM”, 1988).

Conforme Rizzini (2008) as FEBEMs eram órgãos executores na esfera estadual, que atuavam como internatos para “menores abandonados” ou considerados perigosos à sociedade. Na esfera federal, organizou-se a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM).

Código de Menores dava autonomia aos juristas, de acordo com Rizzini, (2008), eles decidiam se a família era adequada ou não para tal criança; situações como desemprego, mendicância, moradia itinerante ou qualquer outra que se apresentasse “contra a moral e os bons costumes” já configuravam motivo de intervenção do Estado, retirando a criança/adolescente de seus pais e a inserindo em instituições como as FEBEMs.

O Código de Menores foi revisto e em 1979 foi lançado o Novo Código de Menores, que concentrava todo o poder de decisão sobre os menores (agora ditos irregulares) nos juízes e encarava os problemas da criança marginalizada como “patologia social”.

A partir da década de 1980, iniciaram-se alguns questionamentos sobre a situação da criança e do adolescente no Brasil; com a abertura política, o debate ganhou força, surgiram novos atores políticos e um movimento social constituído principalmente pelas, na época, chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs), apoiadas pela igreja e pelos setores progressistas do governo. Esse movimento social põe em xeque a situação assustadora da época: “30 milhões de abandonados ou marginalizados... simplesmente metade da população de 0 a 17 anos” (Rizzini, 2009, p. 28).

Um dos movimentos mais fortes da época era o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, conforme Vallauri (2006), uma organização popular, autônoma, não governamental, fundada em 1985, mas que não possui um único fundador, pois não nasceu em uma única localidade do Brasil. O MNMMR ganhou proporção nacional, promoveu encontros e debates, colocando a situação de rua das crianças e adolescentes em evidência, dando voz e vez aos meninos e meninas de rua, e, assim, cobrando políticas públicas eficazes.

O movimento resumia em seus discursos que nos anos de 1940 as crianças flagradas nas ruas eram encaminhadas ao SAM onde eram maltratadas. Já na década de 1960, o encaminhamento era para as FEBEMs, também conhecidas como “escolas do crime”, numa tentativa de limpeza das cidades. Para o movimento, os anos de 1970 foram marcados pelo aumento da mortalidade infantil e da miséria, além da inserção precoce no mercado e trabalho. “Foi somente nos anos 80, que surgiu uma nova mentalidade na busca de soluções para esta situação.” (Vallauri, 2006, p. 82).

Na terceira assembleia nacional, em 1987, promovida pelo MNMMR, foi redigido um documento “determinante em promover a participação do movimento no processo da

Constituinte, por meio da elaboração das emendas populares ‘Criança Constituinte’ e ‘Criança Prioridade Nacional’.” (Vallauri, 2006, p. 82). De todas essas pressões, resultou o artigo 227 da Constituição Federal de 1988:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O artigo 227, seus respectivos parágrafos e incisos discorrem sobre a proteção integral a crianças e adolescentes, agora compreendidos como pessoas em desenvolvimento. Em sequência, o artigo 228 dispõe sobre legislação especial aos menores de 18 anos nos casos de conflito com a lei e o artigo 229 descreve a responsabilidade mútua entre pais e filhos.

A partir da Constituição Federal de 1988, as crianças e adolescentes começaram a ser compreendidos como sujeitos de direitos. A pressão popular vista fortemente na década de 1980 foi além de um artigo na Carta Magna. Para Rizzini (2009), o artigo 227 da Constituição Federal originou o processo que desencadeou na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

O ECA tem como princípio a proteção integral das crianças e adolescentes. Nas palavras de Faleiros (2009, p. 81):

o Estatuto da Criança e do Adolescente,... revoga o Código de Menores de 1979 e a lei de criação da FUNABEM, trazendo detalhadamente os direitos da criança e do adolescente já em forma de diretrizes gerais para uma política nessa área.... reconhece a criança e o adolescente como cidadãos; garante a efetivação dos direitos da criança e do adolescente; estabelece uma articulação do Estado com a sociedade na operacionalização da política para a infância com a criação dos Conselhos de Direitos, dos Conselhos Tutelares e dos

Fundos geridos por esses conselhos;... garante à criança a mais absoluta prioridade no acesso às políticas sociais; estabelece medidas de prevenção,... é consoante à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20/11/1989.

A aprovação do ECA marcou um avanço nas políticas de atendimento às crianças e adolescentes, atualmente são diferenciados os tratamentos para adolescentes em conflito com a lei e para crianças e adolescentes em situação de violência e abandono. As instituições de acolhimento cumprem critérios e são visitadas pelo Ministério Público regularmente, assim como os Centros de Socio educação (CENSE).

Ressaltamos que a contribuição das crianças e adolescentes em situação de rua se deu em toda organização política que provocou mudanças não apenas no texto da lei, mas na cultura de toda uma sociedade. Entretanto, esta parcela da população ainda não tem suas especificidades contempladas (Rizzini & Couto, 2019) e se mantém na luta para garantir espaço de participação onde possam ser ouvidos. Vale lembrar que, entre o texto da lei e a realidade, quase sempre há uma distância.

Empiricamente sabemos que o olhar de desprezo que as crianças e adolescentes superaram, deixando de serem vistas como “perigosas,” voltou-se para a população adulta em situação de rua e ainda falta muito investimento em políticas públicas para que os programas e ações se tornem realmente eficazes (Rizzini & Couto, 2019).

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Assim como qualquer cidadão, a população em situação de rua tem direito a ser atendida em todos os órgãos públicos, contudo essa construção de direitos, como visto, é histórica e morosa. Marcada por lutas e fragilidades, avanços e retrocessos.

Cronologicamente, em 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) orienta que, na perspectiva de equidade, sejam priorizados serviços que viabilizem a construção de novos projetos de vida para quem está nas ruas. Nesse momento, o atendimento para essa população já é alocado na proteção social especial.

Em 2005, o artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) dispõe sobre a organização e criação de programas de amparo às pessoas em situação de rua. Em 2006, o decreto s/nº (25/10/2006) institui o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), com coordenação do MDS, a fim de a partir de estudos elaborar propostas de políticas públicas para pessoas em situação de rua. Ainda em 2006, a Portaria 381 de 12 de dezembro do MDS garantiu recursos de cofinanciamento federal para serviços de acolhimento em municípios com mais de 300.000 habitantes de pessoas em situação de rua.

Em 2009, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais especificou o serviço especializado em abordagem social; serviço especializado para pessoas em situação de rua e serviços de acolhimento institucional (Resolução CNAS nº 109, 11 de novembro de 2009). Em dezembro de 2009, temos o marco mais importante para essa população, o Decreto nº 7.053, que institui a Política Nacional para População em Situação de Rua.

Seguindo para 2010, temos as orientações referentes à inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único. No mesmo ano, a Resolução da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) destinou recursos de cofinanciamento federal para municípios com mais de 250.000 habitantes ofertarem o Centro de Referência para População em Situação de Rua (Centro Pop).

Ainda nesse ano, a Portaria nº 843 (28 de dezembro) dispõe do Piso Fixo de Média Complexidade (PFMC).

Na prática, esse público encontra atendimento no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), por meio do serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) quando não há Centro POP no município; e abordagem social, uma equipe especializada na busca ativa, visando identificar violação de direitos e inserção dos sujeitos na rede de atendimento (MDS, 2013).

Para pernoite, existem os serviços de acolhimento institucional, nas modalidades de abrigo, república ou casa de passagem. Cada município define o serviço que ofertará conforme demanda existente. O objetivo é a garantia da proteção integral, oferta de serviço especializado, atendimentos individuais e personalíssimos, onde a equipe elabora estudo de cada situação para realizar os encaminhamentos necessários. O tempo de permanência no acolhimento é limitado, podendo ser prorrogado conforme avaliação da equipe (Brasil, 2009).

Além dos serviços ofertados na proteção social especial de média (CREAS/Centro Pop) e alta complexidade (abrigos), o acompanhamento pode ocorrer no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), dependendo do porte do município. De forma simples e ilustrativa apenas para compreendermos melhor a separação dos serviços, tomemos por base que a proteção social básica trabalha com prevenção e fortalecimento de vínculos, enquanto que a especial atua quando os direitos já foram violados e os vínculos rompidos.

Conforme a norma operacional básica (NOB/RH SUAS), a implementação e a capacidade de atendimento dos equipamentos variam conforme a demanda dos municípios, o Quadro 3 mostra a sugestão mínima conforme número de habitantes.

**Quadro 3** – Parâmetros de referência por porte populacional.

<b>Porte populacional</b>	<b>Número de habitantes</b>	<b>Parâmetros de referência para CRAS</b>	<b>Parâmetros de referência para CREAS</b>
Pequeno porte I	Até 20.000	Até 2.500 famílias referenciadas	CREAS Regional ou 1 CREAS quando a demanda justificar
Pequeno porte II	De 20.001 até 50.000	Até 3.500 famílias referenciadas	1 CREAS
Médio porte	De 50.001 até 100.000	A cada 5.000 famílias referenciadas	1 CREAS
Grande porte, metrópoles e DF	A partir de 100.001	A cada 5.000 famílias referenciadas	1 CREAS a cada 200.000 habitantes

Fonte: MDS (2011).

Conforme o CENSO/SUAS 2017, o país conta com 2.577 CREAS, 8.292 CRAS e 664 unidades de acolhimento para adultos e famílias em situação de rua, como nosso foco é o Centro Pop, não adentraremos em maiores detalhes sobre esses outros equipamentos.

A sociedade civil organizada também realiza atendimentos a esse segmento da população. A exemplo, temos as organizações de igrejas, como a Pastoral do Povo da Rua, as organizações não governamentais, como o Instituto Nacional de Direitos Humanos da População em Situação de Rua (INRUA), e o próprio Movimento Nacional da População de Rua (MNPR).

Para continuarmos, é importante destacar o trabalho, mesmo que brevemente, do MNPR. Oficialmente, o movimento foi lançado em setembro de 2005, no 4º Festival Lixo e Cidadania de Belo Horizonte, porém, desde 2004, quando em 19 de agosto, um grupo de 7 pessoas em situação de rua foi assassinado na Praça da Sé em São Paulo, já havia forte mobilização para consolidação do MNPR. Contudo, vale lembrar que a partir da década de 1960 podemos observar iniciativas de organizações de pessoas em situação de rua pelo país e as parcerias com associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis (MNPR,



2010). A data da chacina é reconhecida hoje como o dia nacional da luta da população em situação de rua.

Seguindo a história do MNPR, temos a eleição de um representante do movimento para o Conselho Nacional de Assistência Social em 2008, dando força e voz à população em situação de rua. Atualmente, o MNPR conta com representantes em 14 estados brasileiros. Desde 2012, a cada dois anos, ocorrem os congressos nacionais, onde o movimento discute e une pautas, oportunizando um espaço de reflexão e partilha, troca de experiências e ideias, além de dar diretrizes aos trabalhos das coordenações regionais (Nunes, 2016) e, claro, se fazer visto por toda sociedade. Momento onde se pode chamar atenção política e reivindicar direitos. Sua atuação se dá segundo princípios de democracia, solidariedade, ética, coletivo e trabalho de base, visando estimular a participação, estabelecer diálogo entre a população e os serviços da assistência social, além firmar parcerias com setores que possam colaborar no atendimento a demandas, como de violações de direitos (Melo, 2017).

Por pressão do MNPR, surgiu o principal local de atendimento para pessoas em situação de rua, o Centro Pop. Sua implementação está prevista no Decreto nº 7.053/2009 e faz parte da proteção social especial de média complexidade. A fragilidade de se ter apenas um decreto, está em depender de vontade política, de governo, podendo ser revogado a qualquer momento. Além disso, não tem forças de obrigação conforme o inciso II do artigo 5º da Constituição Federal, onde consta que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.”

Atualmente, o foco do MNPR é a implementação do programa “Moradia Primeiro.” De acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o programa que é baseado no *Housing First* desenvolvido no início dos anos 1990 pelo psicólogo grego, Sam Tsemberis, vem sendo discutido desde julho de 2016. A proposta é que a pessoa acesse

inicialmente a política de habitação, por aluguel subsidiado, por exemplo, e então receba os encaminhamentos necessários, conforme demanda, às demais políticas públicas.

Na prática, o Projeto Ruas, uma OSC do Rio de Janeiro, conseguiu implementar o projeto pagando aluguéis por meio de doações. Das três pessoas contempladas, até fevereiro de 2019, uma ainda estava usufruindo do programa. O município de Porto Alegre conseguiu implementar o programa em 2018, a prefeitura paga o aluguel diretamente ao locador, o Governo Federal, inicialmente pelo Ministério da Justiça e, após troca de governo, pelo Ministério da Cidadania, repassou 1,8 milhão para pagamento de aluguéis no primeiro ano. Em Porto Alegre, quem administra o programa é a secretaria de saúde, pois “é um caso de saúde. Lidamos com situações de drogadição e alcoolismo muito sérios. Alguns têm recaídas.” (Mendonça, 2020).

Em São Paulo, o projeto teve início em 2019. Inicialmente, 34 famílias tiveram acesso ao programa, elas arcam com 10 a 15% da renda para o aluguel. Os municípios de Curitiba, Foz do Iguaçu e Brasília estavam, no início de 2019, com projeto, piloto e fase de elaboração, respectivamente (Collucci & Amâncio, 2019). A intenção do MNPR é que demais cidades façam adesão ao programa e a necessidade imediata das pessoas em situação de rua seja atendida primeiro, a moradia.

### **3.1 Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop)**

O Centro Pop está previsto no inciso XII do artigo 7º do Decreto nº 7.053/2009, que institui no país a política nacional para população em situação de rua. No referido artigo e inciso consta que um dos objetivos desta política é “implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social.” Seguindo nesta proposta, em 11 de novembro de 2009 o

Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a Resolução nº 109/2009, tipificando os serviços socioassistenciais (Brasil, 2017).

De acordo com o documento, o Centro Pop recebe demandas espontâneas ou encaminhamentos dos diversos serviços da rede socioassistencial. O objetivo do serviço é oportunizar a construção de projetos de vida por meio do Plano Individual de Atendimento (PIA), que é elaborado pela equipe junto ao cidadão que está em situação de rua, onde constam as provisões futuras, os desejos da pessoa que está em uso do serviço, suas demandas e os encaminhamentos necessários para alcançá-las. O equipamento oferta atendimento individual ou em grupo, orientações, espaço para higiene pessoal, guarda de pertences, lavagem de roupas, alimentação, entre outros serviços que se façam necessários para reduzir danos provocados pelas violações de direitos (Brasil, 2009).

O endereço do Centro Pop poderá ser usado, por meio de declaração, como endereço de referência, para inserção no Cadastro Único e comprovação onde se fizer necessário, como, por exemplo, na emissão de documentos pessoais.

O trabalho desenvolvido se dá a partir da demanda apresentada por cada um, prevalecendo o respeito à especificidade das situações e vivências individuais. Ao constatar as necessidades e desejos da pessoa, a equipe, focada na autonomia e na defesa dos direitos, poderá desenvolver ações, como:

- Busca familiar;
- Encaminhamento para emissão de documentos;
- Inserção no Cadastro Único, viabilizando o acesso ao programa Bolsa Família e demais programas sociais;
- Encaminhamento para serviços de saúde, incluindo internamentos para tratamento do uso prejudicial de substâncias psicoativas;

- Encaminhamentos para demais políticas públicas, como educação, trabalho, cultura e programas de habitação.

É sempre importante ressaltar que cada sujeito carrega um contexto, esse histórico de vida indubitavelmente deve ser respeitado, cada pessoa tem seu tempo, assim, por mais que a equipe avalie um ou outro caminho a ser seguido, a decisão deve partir do indivíduo. Às vezes, pode ser que as pessoas acessem o serviço apenas para usufruir das funcionalidades, como higiene pessoal, lavanderia e alimentação, cabe à equipe realizar aproximações sucessivas e despertar nesse público o interesse de sanar demais demandas (Simões, 2014).

A equipe tem de assegurar que está repassando com ele as possibilidades e implicações do projeto de vida que está em construção, sempre o destacando como sujeito de direitos e viabilizando sua participação como ator principal nesse processo (MDS, 2011).

Conforme o Censo SUAS 2017, o país tinha no referido ano, 227 Centros Pop distribuídos pelos estados, já em 2018, enquanto a Bahia e o Espírito Santo inauguram novos equipamentos, Sergipe, Rio de Janeiro e Paraná encerraram as atividades, um em cada estado, conforme detalhado na Tabela 2.

**Tabela 2** – Centros Pop por estado.

<b>Estado</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Rondônia	1	1
Acre	1	1
Amazônia	2	2
Pará	5	5
Amapá	1	1
Maranhão	8	8
Piauí	2	2
Ceará	9	9
Rio Grande do Norte	2	2
Paraíba	6	6
Pernambuco	8	8
Alagoas	4	4
Sergipe	2	1
Bahia	16	17
Minas Gerais	24	24
Espirito Santo	4	5
Rio de Janeiro	19	18
São Paulo	56	56
Paraná	21	20
Santa Catarina	10	10
Rio Grande do Sul	13	13
Mato Grosso do Sul	4	4
Mato Grosso	2	2
Goiás	5	5
Distrito Federal	2	2
Total	227	226

**Fonte:** Censo SUAS 2017/2018.

O Paraná contava com 21 equipamentos, localizados nos seguintes municípios: Apucarana, Arapongas, Cambé, Campo Largo, Cascavel, Colombo, Curitiba (6), Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Paranaguá, Piraquara, Ponta Grossa, São José dos Pinhais e Umuarama (Escritório Regional, 2018). A capital, como visto, comporta seis Centros Pop, os demais municípios um cada. Em 2018, o município de Cambé encerrou as atividades do seu equipamento.

As orientações técnicas do MDS descrevem toda infraestrutura necessária ao funcionamento do equipamento, incluindo recursos humanos, eixos norteadores e o objetivo do

serviço. Conforme o documento, a implantação do Centro Pop deve constar no Plano de Assistência Social e ser aprovado pelo Conselho de Assistência Social do Município (Brasil, 2017). O diagnóstico socioterritorial deve ser realizado visando identificar as demandas e importância da implementação do espaço, bem como sua melhor localização.

Para acompanhamento de até 80 casos mensais, a equipe mínima sugerida é composta conforme explicitado no Quadro 4.

**Quadro 4** – Equipe mínima Centro Pop.

Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Capacidade de Atendimento 80 casos (famílias ou indivíduos/mês)
01 Coordenador (a)	
02 Assistentes Sociais	
02 Psicólogos (as)	
01 Técnico de nível superior, preferencialmente com formação em Direito, Pedagogia, Antropologia, Sociologia ou Terapia Ocupacional <sup>13</sup>	
04 Profissionais de nível superior ou médio para a realização do Serviço Especializado em Abordagem Social (quando ofertada pelo Centro POP), e/ou para o desenvolvimento de oficinas socioeducativas, dentre outras atividades.	
02 Auxiliares Administrativos	

**Fonte:** Brasil (2017).

O período de funcionamento mínimo do Centro Pop é de 8 horas diárias, 5 dias por semana. O espaço físico deve ser exclusivo, ou seja, não compartilhar com outro equipamento, e dispor de locais para:

- ✓ Recepção e acolhida inicial;
- ✓ Sala de atividades da coordenação, reunião de equipe e atividades administrativas;
- ✓ Sala para atendimento individual ou em grupo;
- ✓ Espaço para atividades coletivas;

- ✓ Copa, cozinha, refeitório;
- ✓ Banheiros individuais com chuveiros, inclusive adaptados a pessoas com deficiência/mobilidade reduzida;
- ✓ Lavanderia e espaço para secagem de roupas;
- ✓ Espaço para guarda de pertences.

A unidade deverá avaliar sua realidade e implementar demais espaços, como local para animais, sala de jogos, computadores, entre outros. Contudo, nas Tabelas 4 e 5, podemos observar, conforme o Censo SUAS 2018, que a realidade dos equipamentos é a falta de espaços básicos, como banheiro, por exemplo.

**Tabela 3 – Banheiros disponíveis aos usuários do Centro Pop**

Quantidade de banheiros para uso dos usuários do Centro POP		
	Quantidade de Centros Pop	%
Nenhum banheiro	6	2,7
1 banheiro	56	24,8
2 a 3 banheiros	139	61,5
4 a 5 banheiros	17	7,5
6 a 7 banheiros	6	2,7
8 ou mais banheiros	2	,9
Total	226	100,0

**Tabela 4 – Chuveiros disponíveis aos usuários do Centro Pop.**

Quantidade de espaços para higiene pessoal (Box com chuveiros individualizados)		
	Quantidade de Centros Pop	%
Nenhum banheiro	36	15,9
1 banheiro	63	27,9
2 a 3 banheiros	91	40,3
4 a 5 banheiros	20	8,8
6 a 7 banheiros	10	4,4
8 ou mais banheiros	6	2,7
Total	226	100,0

Podemos perceber pelo Censo a precariedade que se encontram os equipamentos que deveriam disponibilizar atendimento especializado abrangendo as especificidades de quem está em situação em rua. Além da falta de banheiros, 4% dos locais não ofertam ou facilitam o acesso dos usuários à alimentação (Censo SUAS 2018). Como o documento é uma tabulação de dados informados pelos próprios gestores dos equipamentos, não temos maiores informações sobre o porquê da precariedade de alguns serviços.



## 4 MÉTODO

Conforme aponta Minayo (2015), método consiste no uso de instrumentos e técnicas para percorrer o caminho da pesquisa, que por sua vez é a busca de respostas a uma indagação. Para este estudo, optamos pela pesquisa qualitativa, dessa forma, procuramos compreender o fenômeno a partir das experiências de quem o vivencia (Sampieri, Collado, & Lucio, 2013). Segundo Martinelli (1999, p. 23), um dos objetivos da abordagem qualitativa é “mostrar de forma clara, o pensamento dos sujeitos a respeito do assunto que está sendo pesquisado”, nos aproximando da realidade e envolvendo significados, crenças e valores, ou seja, a subjetividade dos participantes (Minayo, 2015).

Considerando que, para a psicologia social construcionista, o ser humano é fruto de suas relações sociais, devemos considerar a linguagem, que tipifica as experiências trazendo sentido tanto para quem as vivenciou quanto para seus semelhantes (Berger e Luckmann, 2014). A vida cotidiana é permeada pela linguagem e para compreender os significados linguísticos não necessariamente a pessoa precisa vivenciar uma situação, pois a linguagem permite que as experiências e seus significados sejam transmitidos por gerações.

Para o construcionismo social, a realidade é compartilhada por meio da linguagem e assim se define a vida cotidiana (Berger & Luckmann, 2014). Apreendemos o outro e o outro nos apreende por meio dos esquemas tipificadores, que são os conhecimentos construídos e compartilhados no cotidiano. “A realidade social da vida cotidiana é, portanto, apreendida num contínuo de tipificações” (Berger & Luckmann, 2014, p. 51).

À medida que vamos alterando a estrutura social, vamos sendo alterados por ela. Assim, buscando compreender o sentido que o equipamento Centro Pop tem para as pessoas que estão em situação de rua, garantindo sua voz, utilizamos da linguagem por meio das entrevistas para coleta dos dados que darão base às análises. Construindo a história, revelando discursos que

são conhecimentos sociais que permeiam nosso dia a dia, tomamos consciência crítica das práticas cotidianas.

Usamos a entrevista semiestruturada com perguntas geradoras (Apêndice 1), pois pretendíamos, pela conversa e troca de informações, obter respostas sobre o problema apontado (Sampieri et al., 2013). De acordo com Minayo (2015), a entrevista semiestruturada nos permite trabalhar com questões abertas e fechadas e o entrevistado pode responder livremente, sem se prender ao roteiro, de tal modo que o entrevistador pode ter acesso a histórias de vida contendo, além de crenças e valores, opiniões, sentimentos, condutas, projeções futuras, comportamentos, entre outros. As entrevistas foram gravadas e transcritas.

As transcrições foram realizadas pela própria entrevistadora, na íntegra, respeitando o discurso dos entrevistados. Dessa forma, é importante considerar que, embora o uso da ortografia formal facilite a leitura, ao mesmo tempo, pode nivelar diferenças relevantes como dialetos ou sotaques, tornando-se infiel ao momento da entrevista. Ressaltamos, conforme Garcez, Bulla e Loder (2014, p. 267) que “não há transcrição *perfeita*, no sentido de uma transcrição que possa recapturar inteiramente a experiência de se estar na situação original,” mas há o compromisso do pesquisador em tentar explicitar o momento da entrevista.

Colocar o leitor em imersão, de forma que possa capturar a emoção contida naquela frase com todos seus “erros” de português e onomatopeias, é um desafio. Para além disso, devemos pensar no respeito às pessoas que dedicaram seu tempo nos concedendo as entrevistas, seja por linguagem formal, coloquial, dialetos, gestos etc. Lembrando que a língua portuguesa é viva e adaptável, e que as transcrições foram fiéis às gravações, esperamos que os recortes sejam compreensíveis e transmitam um pouco do sentimento que carregam.

#### 4.1 Participantes e Campo

Desejávamos entrevistar 15 pessoas em situação de rua, a partir de 18 anos de idade, que já fizeram uso de um Centro Pop. Para entrar em contato com os participantes, apresentamos a pesquisa via telefone e e-mail a 3 Centros Pop da Região Metropolitana de Curitiba e a uma igreja que desenvolve trabalho com esse público. Dos 3 equipamentos, 2 nos deram retorno aceitando ceder o espaço para realização das entrevistas e nos encaminharam a declaração de infraestrutura. A igreja solicitou uma reunião prévia; após a reunião, também aceitaram ceder o espaço e assinaram a declaração de infraestrutura.

Embora estivéssemos com todas as autorizações, um dos equipamentos da região metropolitana não nos recebeu. Como o combinado prévio com a gestão era marcar horário com a coordenadora do Centro Pop para que ela disponibilizasse uma sala sem atrapalhar as atividades diárias, não nos deslocamos até o município sem a certeza de que poderíamos realizar as entrevistas. Foram realizadas diversas ligações, percebia-se ao telefone que quando lhe diziam quem era ela respondia que não poderia atender. Na única vez em que nos atendeu, ficou de verificar uma “melhor data” e mesmo após insistir em ligações, não retornou.

Na igreja, que às quintas-feiras fornece café da manhã e almoço, além de seu espaço físico para as pessoas que estão em situação de rua, o projeto foi inicialmente apresentado ao Bispo e, após sua autorização, aos voluntários da Pastoral do Povo da Rua. Depois de assinado o termo de infraestrutura, demos início às entrevistas da seguinte forma: no primeiro dia, uma das voluntárias explicou aos presentes que uma aluna da Tuiuti precisava falar com eles e me passou a palavra, detalhei os objetivos da pesquisa e garanti o sigilo, duas pessoas prontamente se dispuseram a participar. Um por vez, em uma sala fechada, após firmado termo de consentimento livre esclarecido, forneceu a entrevista.

No segundo dia, a psicóloga voluntária estava conversando com um dos atendidos quando eu cheguei, ela explicou sobre a pesquisa e ele aceitou participar da entrevista, após assinatura do termo livre esclarecido, a entrevista foi realizada. Este usuário comentou com um colega sobre a pesquisa, o convidando a participar, assim também foi firmado termo de livre esclarecido, gravada e transcrita a entrevista.

No terceiro dia, estava cumprimentando algumas pessoas que já tinha entrevistado, elas me apresentaram para outras pessoas e falaram sobre o projeto, mais 3 pessoas se dispuseram a fornecer entrevista, individualmente, foi firmado termo de livre esclarecido e realizada a entrevista com um deles, os outros dois não deu tempo porque já estava se formando a fila para almoço, era o último dia de atendimento de 2018 e a programação estava especial. Então, para não atrapalhar o desenvolvimento das atividades, optamos por fazer apenas 1 entrevista. Assim, na Igreja foram realizadas 5 entrevistas.

Já no Centro Pop da Região Metropolitana, a coordenação deixou qualquer horário à disposição. Dessa forma, as entrevistas foram realizadas em dias e horários variados. Tendo consciência da fragilidade de o local da pesquisa também ser o local de trabalho da pesquisadora, procuramos acrescentar mais um critério de inclusão, além da idade e uso do equipamento, não ter sido atendido anteriormente pela pesquisadora. Contudo, devido ao fluxo do trabalho, nem sempre foi possível cumprir esse último critério. Nesse município, também foi realizada uma entrevista durante a busca ativa nas ruas.

As entrevistas realizadas na igreja contemplaram usuários de diversos Centros Pop de Curitiba, identificada como município “1”. Já as realizadas na região metropolitana, por se tratar de município menor e dispor de apenas um Centro Pop, identificamos apenas como município “2”, mantendo em sigilo o nome da cidade.

Todos os participantes foram informados quanto aos riscos originados pela entrevista, que poderiam ser algum desconforto diante de alguma questão colocada, embora não tenha

acontecido, todos foram orientados que a qualquer momento poderiam solicitar sua retirada da pesquisa e, se necessário, a entrevista poderia ser interrompida e o participante encaminhado a buscar apoio psicológico junto à Clínica de Psicologia da UTP. Salientamos que a pesquisa teve início apenas após avaliação do Comitê de Ética e todos assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido TCLE.

Foi perguntado aos participantes como gostariam de ser identificados na descrição da pesquisa, a maioria não deu sugestão e dois afirmaram que não é necessário manter o anonimato. Contudo, para cumprir a garantia do sigilo e manter um padrão, foram atribuídas cores a cada participante.

**Cores**, porque mesmo diante às mais diversas dificuldades, essas pessoas enxergam a vida colorida, demonstram força, objetivos. Novamente, não estamos romantizando o sofrimento, apenas valorizando a luta, as batalhas diárias para se alcançar o básico, o mínimo, que, na sociedade cinza, nem sempre é valorizado, e por vezes é descartável.

## **4.2 Conhecendo os Participantes**

Todas as pessoas têm uma história, por mais que a sociedade não aceite, em geral, não se fica em situação de rua exclusivamente por vontade própria. Os participantes da pesquisa relataram brevemente, conforme a emoção permitia, fatores que contribuíram para que os laços familiares fossem cortados e a rua se tornasse um refúgio. A seguir, seguem os relatos de cada um, respeitando à história de cada um.

**Roxo** não era casado, seus familiares residiam no Chile, ele morava sozinho no Brasil há 30 anos, pagava um quarto de aluguel, mas, após perder o emprego e não conseguir se recolocar no mercado de trabalho, ficou em situação de rua. Não pensava em voltar ao país de origem, acreditava que conseguiria emprego mesmo que fosse informal e pagaria novamente

um local para morar. Contava com auxílio de amigos que lhe ofereciam pernoites e o deixavam lavar sua roupa. Além do atendimento governamental, também frequentava OSCs e igrejas.

**Azul** revelou que conflitos familiares e divergências de interesses foram determinantes para que saísse de casa. Acabou encontrando as ruas como refúgio e, após falecimento de sua genitora, o álcool como anestésico. Afirmou que estava sozinho no mundo “*morreu todo mundo*”. A falta de emprego era o que lhe impedia de sair das ruas.

**Verde** discorreu sobre uma sucessão de perdas. Um golpe financeiro do sócio, falecimento da esposa, do sogro e do genitor. O uso de álcool (cerveja, vodka e whisky) se acentuou. Não conseguiu mais trabalhar nem se relacionar, trocou as bebidas citadas por cachaça, foi internado para desintoxicação química algumas vezes, mas sempre retomava o uso de álcool. A junção desses fatores o deixaram em situação de rua. Verde mantinha contato com os filhos que moravam com sua irmã. Afirmou que era “*pai online*”. Trabalhava esporadicamente em circos e nas ruas como palhaço ou vendendo balas.

**Amarelo**, após se separar da esposa, foi morar com a genitora. Quando sua genitora faleceu, ele contou que entrou em estado depressivo e doou todos os móveis da residência, pegou sua maleta de ferramentas e foi trabalhar. Pagou uma pensão por 3 anos. Um problema na coluna o impediu de exercer a profissão (trabalhava com mármore e granito) e a morosidade do Estado em liberar seu benefício auxílio-doença o fez buscar a rua como moradia. Ainda aguardava o auxílio e a cirurgia da coluna, que não tinha previsão de ser realizada. Pretendia voltar a trabalhar e assim poder pagar novamente uma pensão.

**Laranja** morava com a esposa, se separaram por conta do consumo prejudicial do álcool. Após a separação, o consumo de álcool aumentou e ele perdeu o emprego. Afirmou que o “*alcoolismo*” era o principal fator por estar em situação de rua. No momento da entrevista, estava trabalhando e dormia no abrigo da prefeitura. Laranja era mais reservado com sua história.

**Rosa** tinha conflito familiares por conta de sua identidade de gênero. O genitor a expulsou de casa quando completou 18 anos de idade. Conseguiu alugar um quarto e começou a trabalhar com prostituição. Afirmou que com as “*más companhias*” acabou ficando na rua. Não tem contato com ninguém de sua família há anos.

**Branco** relatou que o “*fato de ir pra rua foi meio opcional*”. Após falecimento de seu padrasto, a família descobriu que ele tinha outra esposa, com quem era casado legalmente, e 16 filhos. Dessa forma, a residência onde moravam, que estava no nome dele, ficaria com a outra família. A genitora de Branco, nesse período de burocracias e advogados, teve uma série de derrames, fazendo com que ele se ausentasse do trabalho para atendê-la. Branco perdeu o emprego, a casa, e a secretaria de assistência social solicitou ao Ministério Público que sua genitora fosse encaminhada para uma Instituição de Longa Permanência (ILP – lar de idosos). “*Joguei tudo pro alto e fui pra rua. Comecei a beber, usar droga, e a rua foi aonde eu vim parar*”. Branco manteve contato com a genitora na ILP, que faleceu em 2019.

**Marrom** morava com a esposa e, após separação, como não tinha familiares, ficou na casa de um amigo por 2 meses. Para evitar conflitos com o filho desse amigo, acabou buscando as ruas como moradia. “*Mas, eu causei tudo né. Toda ação tem uma reação. Eu fui morar na rua pelos meus próprios atos.*” Marrom mantinha contato com a filha e neto.

Preto contou que morou com a genitora e o pai de criação até os 8 anos. Afirmou que nasceu em berço de ouro até os 8 anos de idade, quando o pai de criação faleceu. Ele e a genitora foram morar com seu avô, porém este perdeu todos seus bens em casas noturnas. Foram então morar com um rapaz que se tornou seu padrasto, nessa época, dos 8 aos 15 anos, chegou a passar fome. Seu tio o convidou para morar e trabalhar com ele. Dos 15 aos 19 anos, ficou com o tio. Contudo, o uso de substâncias psicoativas iniciou aos 14 anos e foi se agravando. Com 15 anos, conheceu o genitor que era traficante. Afirmou que se não fosse pelas drogas, até hoje teria contato com a família. Ressaltou que esporadicamente falava com o tio por telefone.

Vermelho relatou algumas passagens pela situação de rua. A primeira vez, morava com a genitora, por conflitos devido ao uso de álcool, saiu de casa, alugou uma kitnet e foi morar sozinho. Intensificou o uso da bebida de forma a não conseguir trabalhar, com o atraso no aluguel, acabou ficando em situação de rua por alguns meses. Um conhecido o convidou para tentarem emprego em outra cidade, se mudaram algumas vezes, ora custeado apenas pelo conhecido, ora trabalhando. Iniciaram conflitos devido ao uso de álcool, o conhecido se mudou sozinho e Vermelho ficou com um aluguel que não podia pagar. Novamente se viu em situação de rua. Tempos depois, conheceu uma mulher e começou a fazer bicos para arcar com aluguel para os dois, porém que a companheira se “hibernou nas drogas”, assim os dois ficaram em situação de rua. Já alugaram casas e foram para as ruas diversas vezes. Vermelho não mantinha contato com familiares, mas estava pensando em retornar à cidade de origem.

No Quadro 5, sem a intenção de reduzir a história dos participantes, é apresentada uma breve noção do contexto de vida no momento das entrevistas.



**Quadro 5** – Caracterização dos entrevistados.

Participante	Idade	Identidade de Gênero	Orientação Sexual	Tempo em situação de rua	Onde dorme	Serviços utilizados	Uso de substâncias psicoativas
Roxo	41	Masculino	Hetero	1 mês	Hotel social	CRAS	Não
Azul	56	Masculino	Hetero	5 anos	Nas ruas	--	Álcool
Verde	49	Masculino	Hetero	15 anos	Hotel social	UBS CNR CREAS	Álcool, cocaína e maconha
Amarelo	60	Masculino	Hetero	2 anos	Nas ruas	--	Maconha
Laranja	32	Masculino	Hetero	4 meses	República	--	Álcool
Rosa	23	Travesti	Homo	5 anos	Nas ruas	UBS CRAS CREAS COA SOA	Crack
Branco	36	Masculino	Hetero	4 anos	Nas ruas	UBS CRAS CREAS COA	Crack
Marrom	43	Masculino	Hetero	9 meses	Abrigo	CRAS	Cocaína
Preto	26	Masculino	Hetero	2 meses	Abrigo	CAR	Qualquer tipo
Vermelho	42	Masculino	Hetero	6 anos	Abrigo	--	Cocaína, álcool e crack

### 4.3 Análise dos Dados

Os dados foram analisados a partir das práticas discursivas de pessoas em situação de rua, que conforme Spink “são um caminho privilegiado para entender a produção de sentido no cotidiano.” (2013, p. 21).

Sob a ótica de Foucault, Fischer (2001) observa que devemos focar no que foi dito e não buscar significados ocultos, pois o imediatamente visível não distorce a realidade. Nesta linha, Gergen e Gergen afirmam que a pesquisa construcionista procura “explicar os processos pelos

quais as pessoas descrevem o mundo em que vivem.” (2009, p. 301). O sentido é construído socialmente, por meio das interações e relações sociais, variando conforme as culturas, épocas e locais (Spink, 2010). Pela produção de sentidos que lidamos com as diversas situações do dia a dia.

Para relatar experiências, os sujeitos recorrem a vivências passadas e articulam com o presente. Segundo Spink (2010), vamos ressignificando o passado conforme dispomos de novos repertórios. E não é necessário que o outro tenha vivido situação semelhante ou conheça todos os locais, pois a linguagem permite que ele compreenda o que está sendo dito, uma vez que o conhecimento é construído socialmente.

Para realizar tal análise, após transcrições das entrevistas, foi realizada leitura minuciosa do material de cada participante. Essa leitura demandou tempo, exigiu releituras e permitiu reviver o intenso momento das entrevistas, nos aproximando ainda mais das realidades diversas enfrentadas cotidianamente por pessoas em situação de rua.

Primeiramente, descrevemos as práticas cotidianas dos usuários, descrevendo um pouco do dia a dia nos equipamentos. Posteriormente, foi empreendida uma análise em relação às expectativas que as pessoas tinham ao buscar atendimento no Centro Pop e como esse atendimento proporcionou mudança de vida ou não para os usuários.

Mesmo que a reprodução das entrevistas esteja apresentada em fragmentos, a análise permite ao leitor uma aproximação da realidade vivida pelas pessoas que estão em situação de rua e frequentam algum Centro Pop; ou seja, é possível perceber o sentido que o equipamento representa na vida dessas pessoas.

## 5 O ACESSO AO EQUIPAMENTO

A rotina de quem está em situação de rua, assim como para qualquer pessoa, é singular. Enquanto alguns trabalhadores enfrentam filas para embarcar em ônibus com destino a mais um dia de jornada laboral, algumas pessoas enfrentam filas para conseguir o mínimo de alimentação e, com sorte, tomar um banho rápido, outras sequer têm tal oportunidade.

Dos 5 entrevistados do município 1, 3 afirmaram conhecer o equipamento Centro Pop por indicação de outros usuários. Um foi encaminhado por um albergue da sociedade civil, e outro participa ativamente do MNPR, sendo parte da comissão que pressionou o governo para criação do equipamento.

Nesse mesmo município, o atendimento do Centro Pop, conforme relato, é limitado a 65 pessoas por dia, sendo 10 vagas exclusivas para abordagem social, o que confere um contingente significativo de pessoas sem acessar o equipamento:

*Não são mais porta aberta, eles responderam que não são mais uma porta aberta.*

*Foram esses os termos, eu não estou exagerando. (Roxo).*

Mesmo quem está na fila, às vezes, não consegue sanar as necessidades, conforme aponta “Laranja:”

*era muita gente pra lavar roupa e às vezes não dava pra lavar roupa. Não cabia todo mundo no horário estabelecido, não dava tempo pra todo mundo tomar banho.*

*(Laranja).*

O atendimento individual, com equipe técnica, também sofria desencontros:

*you marcava com a assistente social, you marcava, daí ficava esperando ela te chamar, às vezes ela nem te chamava, daí se marcava outro dia, também não, daí às vezes ah, hoje ela tá resolvendo um monte de coisa, não dá pra te chamar e era assim,*

*era...muito burocrático assim, eu fiquei desse jeito quase dois mês pra ser atendido pra começar a fazer meus documentos, lá é assim. (Laranja).*

Os entraves podem ser tantos a ponto da pessoa ficar sem atendimento, como no caso abaixo em que foi encaminhado de um equipamento para outro e não conseguiu adentrar em qualquer um deles:

*me falaram venha de tarde, pois eu fui de tarde e falaram assim, a assistente social ela tem que fazer relatório e não vá poder te atender, volta segunda-feira. A segunda-feira eu expliquei todo esse por menores que aconteceu e daí ela me mandou (para outro centro pop), certo? E lá colocaram (nome do centro pop). Então, final de semana, eu fico sem comer, quer dizer, fico com aquele sanduiche básico que repartem na rua, porque se eu tivesse em um Centro Pop, teria um prato de comida. (Roxo).*

Embora as orientações técnicas indiquem que o serviço deve ser especializado, acolhedor e respeitoso visando promover um espaço democrático com a valorização da participação dos usuários (Brasil, 2017), na prática as mesmas orientações mencionam que as pessoas em situação de rua podem ter sofrido discriminações no acesso aos serviços (Brasil, 2017). Podemos perceber que há um distanciamento entre equipe e pessoas atendidas, “desatenção civil” nas palavras de Goffman (2012), a equipe se distancia e não coloca o atendimento ao usuário como prioridade.

Para Sousa e Veronese (2016), a indiferença nos atendimentos em órgãos públicos se pauta em lei, pois todos são iguais, não levando em conta as especificidades de cada pessoa que acessa o serviço. Com isso, a singularidade é marginalizada e a massificação toma a vez, aliada a processos de burocratização. Percebemos, por meio das entrevistas, que a política de assistência social ainda não segue o princípio da equidade como faz a política de saúde, por exemplo, que visa diminuir as desigualdades ao adaptar o atendimento à necessidade de cada um (Ministério da Saúde [MS], 2019). Igualdade não se faz suficiente para a justiça social. Utilizar

a equidade significa reconhecer as diferenças e ajustar os processos ao contexto individual, dessa forma, temos a personalização do atendimento e conseguimos atingir com melhor eficácia os resultados almejados pelo usuário.

A burocracia por sua vez, cria uma rotina que não permite a mudança, pois muitas vezes a pessoa tem de optar entre usufruir dos serviços como estão postos ou buscar alternativas, como emprego por exemplo. A seguir, o entrevistado Verde descreve a rotina das filas:

*eles condicionaram a mente dessas pessoas a ficar nessa vida de gado: albergue, centro pop, fica ali o dia inteiro bunitinho, almoça, lanchinho de tarde, depois volta pra fila do albergue. Então há anos tava isso aí, e ainda tá acontecendo isso, entendeu? Isso é desumano, isso é cruel, isso é degradante, isso é tortura. E alguns já se submetem, já foram condicionados à mente, o cara não conhece outra vida, é só isso, ficar nessa uma vida inteirinha e não vê saída. (Verde).*

Comungando com a visão acima, Amarelo reforça que não há como buscar por emprego por conta do sistema de atendimento, já que este mantém as pessoas em fila praticamente o dia todo:

*como é que uma pessoa vai ficar lá, vai tomar um café 8 hora, ó se fica na fila, você vai lá se entrega uma mala 7 horas, depois você fica na fila 1 hora, lá no centro, todo mundo olhando, passando por você, aquela fila de gente, então é esse o sistema entende, o único problema é esse, como é que se vai ficar numa fila das 7 horas até as 8 horas todo mundo te olhando, aí se vai lá, se pega uma ficha pra entrar, agora mudou o sistema porque nós entremo com esse negócio aí, que era ficha, se chegava lá, se pegava uma ficha, eles marcavam teu nome, 5 funcionários pra fazer isso, eles marcavam teu nome, aí você ia na fila lá dentro, depois ficava na outra fila, se entrava 8 horas, aí se fica numa fila, eles marcaram teu nome, aí se tem que passar lá na frente, pegar um cartãozinho, aí você vai pra fila de novo, pra você tomar um cafezinho desses cafezinho*

*de chinês, entende? Dois pãozinho, aí você tem que pegar uma senha pra você tomar o banho, aí já 8:30, até você tomar o banho, um banheiro pra 70 pessoas, como é que se vai tomar um banho? Entende? Se sai de lá 10 hora como é que se vai achar um serviço? Entende? É isso que tem que mudar, só isso, abrir mais cedo e não fazer as pessoas ficar na fila como se fosse um gado. (Amarelo).*

Os trechos das entrevistas nos mostram que a organização de alguns equipamentos condiciona os usuários a um sistema de filas considerado necessário para garantir alimentação, higiene pessoal e pernoite. A reclamação é que por conta das filas, a pessoa não consegue se desvincular do serviço, pois tem de optar entre distribuir currículos ou garantir a alimentação, já que o atendimento não ocorre de forma personalizada, como nos mostra Verde:

*bota todo mundo no mesmo patamar, trata todo mundo por igual, então na cabeça dele todo mundo é vagabundo, todo mundo é maconheiro, todo mundo é cachaceiro, todo mundo é vag, é... drogado, num...num faz uma classificação. Não discriminando, mas, eu acho que tem que ter, ó fulano quer trabalhar, pô vamo ver, correr atrás de um emprego. Tá todo mundo no mesmo nível, pra eles é tudo igual. (Verde).*

A singularidade de cada um deveria ser elemento central do atendimento. A tentativa de igualar as situações e sujeitos desconsidera os contextos individuais e dificulta o desenvolvimento da autonomia (Oliveira, 2010). Se cada um fosse considerado em sua história única, talvez equipe e usuário obtivessem melhor sucesso na construção e alcance de metas.

Podemos observar que a individualidade dos usuários por vezes não está sendo respeitada, a busca pela satisfação de necessidades básicas diárias obriga a manutenção da rotina, conforme nos mostra Azul:

*às vezes eu poderia tar procurando emprego, poderia tar esse horário usando procurando emprego, não, eu tenho que me deslocar aqui 8 horas da manhã pra tomar*

*o café, esperar o almoço e depois do almoço eu ver o que eu vou fazer. Por que nem sempre, a gente somos, é... mesmo morando na rua, somos disponíveis de horário.*

(Azul).

A burocratização dos serviços pode se associar à alienação, conforme aponta Costa (1991) o burocrata não sabe agir sem a “máquina,” seguir o que está posto confere um lugar ao indivíduo, mesmo que se trate de uma rotina mecânica sem demais expectativas. A teoria é válida tanto para os servidores quanto para os usuários que não conseguem se desvincular do sistema por terem de optar entre subsistir mais um dia, ou procurar por mudanças.

Já no município 2, cada um dos usuários chegou ao Centro Pop local de forma diferente, 1 foi encaminhado pela Secretaria de Assistência Social, 1 pelo CREAS, 1 pelo CRAS, 1 por indicação de outras pessoas em situação de rua e 1 por civil. Não houve relato de filas ou de limite na quantidade diária de pessoas em atendimento, talvez a justificativa possa estar no tamanho da cidade e quantidade de população, que é 94,8% menor que o município anterior (IBGE, 2019).

Embora não tenha aparecido nada sobre burocracia, podemos destacar a questão das regras no equipamento. As regras são amplamente discutidas por trabalhadores e usuários dos equipamentos. De um lado, afirma-se que não há como manter uma ordem ou mesmo desenvolver ações de melhor qualidade sem regras, de outro, o MNPR alerta que as regras afastam as pessoas por não considerar a individualidade de cada caso. Vejamos os comentários de alguns usuários:

*Tinha tudo na hora, tinha regra né, porque uma vida desregrada não vai, hoje eu percebo que eu aprendi muito com o centro pop, principalmente a ter regra, a ter regra nas coisas né, a ter horário, tudo tem que ter horário.* (Marrom).

O choque que as regras causam na rotina das pessoas é inicialmente estranhado e se a equipe não conseguir se fazer entender quanto à necessidade dos horários preestabelecidos, por

exemplo, ou mesmo não considerar a subjetividade de cada um, a evasão será a melhor resposta que obterão. Vermelho relata:

*no começo, as regras você fica meio que agoniado né, pô, regra pra isso pra aquilo, daí se tem horário pra chegar, horário pra dormir, horário pra comer, não, no começo a pessoa fica meio rebelde mesmo, que nem eu, fiquei. Mas depois, você tem que entender que são normas né, normas tem que ser cumpridas. Entendeu? É tipo (inaudível) não tem como, se você necessita daquilo, você é obrigado a cumprir todas as regras, aí você vai se adaptando, aí, já era.*

O mesmo usuário, quando questionado se a regra era válida para melhoria da convivência, respondeu:

*Sim! Tem que ser cumprida. Se a pessoa não ter tipo, disciplina, aqui dentro, ali fora é pior, aqui cê tá acolhido. Porque ali fora se você falar um A mais alto, o povo já te arrebenta, ou te mata. (Vermelho).*

Considerando a fala dos usuários, percebemos que a regra é bem-vinda desde que respeite o individual, não seja imposta e sim elaborada coletivamente e contemplando o que for alcançável pelos usuários. Freire (1979) nos mostra que o indivíduo contribui melhor com algo do qual ele é autor. A construção conjunta das regras do equipamento pode gerar consciência e crítica sobre a necessidade delas, gerando melhor adesão dos usuários, uma vez que estas serão construídas e aplicadas a partir das demandas dos diversos atores dos equipamentos.

## **5.1 Práticas dentro do Serviço**

Para as pessoas que conseguem atendimento no município 1, a rotina pareceu limitada a tentar atendimento com técnicos e assistir televisão. Quando questionado se haviam oficinas no serviço, Laranja respondeu:



*Deixa eu ver...não! Ia imprantar. Não, não tinha, só uma conversa com um piaçã lá que tava fazendo teologia, não tinha não.*

Perguntamos então o que ele fazia:

*Só assistir televisão. tinha a biblioteca pra ler que eu gosto de ler, eles deixava eu ir na biblioteca. (Laranja).*

Outro entrevistado do mesmo equipamento relatou sobre as oficinas:

*Olha, tem alguma coisinha, mas, nada que o cara possa fazer e ter um retorno financeiro, se tá entendendo? É só bobagem, otimização, é... palestra, como se portar em entrevista de emprego, mosaico, pintar, coisa de creche! (Verde).*

Nos parece que as necessidades emergenciais (para além da alimentação) não são consideradas. As demandas pessoais são tratadas de forma a não compreender as ideologias materializadas no cotidiano. Monteiro (2009) afirma que as pessoas se entusiasмам conforme suas possibilidades e interesses, ou seja, é imprescindível que a oferta das oficinas seja realizada a partir das demandas de interesses gerais. A aproximação do compromisso e participação dos envolvidos pode ser mais capaz de gerar transformações.

Ainda sobre o que se podia fazer no equipamento, Azul afirmou:

*pra mim o atendimento deles, a única coisa que eu posso dizer pra você se a gente conseguir é alimentação e banho. Tem que fazer uma certa amizade com o dirigente da casa e isso e aquilo pra que você consiga alguma coisa ali, e são tudo assim em cima de regras.*

Os trechos acima contrariam qualquer tentativa de cumprir o principal objetivo do serviço, que de acordo com o MDS (2017) é a elaboração de projetos de vida, tendo por base a história do usuário, bem como seus desejos futuros, respeito às limitações e incentivo às

potencialidades. Isso nos remete a práticas de assistencialismo, onde os serviços são vistos como mera ajuda e o indivíduo não é compreendido como sujeito de direitos.

Passamos pela construção histórica das conquistas de direitos no Brasil, vimos que é recente a ideia de assistência social como direito do cidadão e dever do Estado. Serpa, Virgínia e Cavalcante (2015) apontam que a política ainda não atinge seus objetivos por demandar estrutura física, recursos humanos, ações intersetoriais e ainda por não conseguir romper com o caráter assistencialista.

Nas palavras de Verde (2018):

*condicionaram o cara a ser um vagabundo, entendeu? Então pra sociedade eles tão fazendo um belo serviço, primeiro eles põe a sujeira pra baixo do tapete, o cara tá ali o dia inteiro. A pessoa tá refém do Estado ali dentro, ali, ele tá vivendo num regime, num sistema prisional e muitos deixaram a mente condicionar, não conseguem mais sair daquilo.*

O processo de exclusão das pessoas em situação de rua acaba por transformar-se numa inclusão perversa, onde o Estado busca precariamente suprir algumas necessidades básicas enquanto mantém a ordem vigente em favor da classe dominante (Martins, 2003). Não há uma intenção real de desvincular essas pessoas à dependência da política pública. Wanderley (2014) chama atenção para o desafio de romper a relação entre subordinação, discriminação e subalternidade, fatores que fazem parte da construção sócio-histórica do nosso país.

A exclusão, nos lembra Sawaia, “é processo complexo e multifacetado” (2014, p. 9), não pode ser determinada apenas por fatores econômicos e carrega subjetividades que se manifestam no cotidiano. Se não for combatida como algo que perturba a ordem social, então a exclusão na verdade é produto do funcionamento do sistema.

No município 2, os entrevistados relataram sobre as regras do serviço, afirmando que inicialmente consideram estranho, mas, por fim, compreendem a necessidade:

*no começo, as regras você fica meio que agoniado né... era umas coisas sem sentido, entende? Mas, isso aí é melhoria pra pessoa mesmo. Que se a pessoa não ter tipo, disciplina, aqui dentro, ali fora é pior. (Vermelho).*

Marrom completa a fala de Vermelho sobre as regras:

*tinha o horário de acordar (se referindo ao abrigo), tinha o horário de tomar café, tinha o horário de fazer as atividades, tinha o horário de procurar serviço, também, tinha o horário de jantar (abrigo), tinha horário de assistir televisão e dormir, tinha os horários sim. (Marrom).*

O participante relatou que teve dificuldades em se adaptar às regras, porém sempre recebeu apoio da equipe. Afirmou que reclamava dos horários e suas sugestões eram ouvidas e atendidas dentro do possível. O trecho a seguir descreve uma cena boa que ele vivenciou dentro do equipamento:

*teve uma manhã que eu acordei querendo ir embora mesmo, que eu tava com saudade da minha ex esposa, eu precisava conversar e... o pessoal lá tinha acabado de chegar na hora eu pedi pra ser atendido e na hora eles pararam o que eles tavam fazendo, eu vi que eles pararam, eu percebi, eles pararam o que eles tavam fazendo ali pra vir conversar comigo. Me deram total atenção, Então são pequenas coisas assim que parece que é pequeno, umas coisas insignificante, mas, se você for ver assim, é as pequenas coisinhas, é os detalhe que faz a diferença das coisas. Eles sempre me deram atenção sim. Sempre!*

Destacamos aqui a sensibilidade da equipe em identificar e encaminhar a situação. Para os autores Prette e Prette (2013), essa sensibilidade faz parte do repertório de habilidades sociais, que os permite perceber a demanda e dar a resposta apropriada. Assertividade e

alteridade, por exemplo, são habilidades que podemos considerar básicas aos servidores que atendem esta população.

Não houve relatos de cenas ruins vivenciadas junto aos funcionários do equipamento do município 2. As reclamações foram de conflitos entre os usuários, e, quando estes eram comunicados aos servidores, estes prezavam pela resolução sempre buscando ouvir a todos. Perguntamos se gostariam de acrescentar algo sobre o Centro Pop na entrevista, até mesmo sugestões de melhorias, as respostas seguem, sem comentários:

*Não, é que eu gosto muito do centro pop e que se for atendida minha reivindicação de dormir depois do meio dia, depois do almoço, eu vou ficar mais grato ainda (risos). (Preto).*

*...só tenho a agradecer, porque, sempre quando eu mais precisei, sempre me acolheram, estenderam a mão e, não tenho do que reclamar. (Vermelho).*

*Não, só que nem eu falo, eu agradeço o centro pop porque já fez bastante coisa por mim, é isso, eu só agradeço só. Falar mal não tem o que falar. Tirando eu, não pode entrar mais nenhuma bicha aqui! (risos). Eu sou a rainha, a queen! (Rosa).*

*Ah, quero falar o que eu falei que eu tenho saudade de ir lá visitar o pessoal né meu, e eu acho que... que os órgãos da cidade devia dar mais atenção lá pro centro pop pra ajudar eles a ajudar mais gente. O que eu acho é isso. Eles faz um serviço que eu sei que não é fácil, recolher as pessoas das ruas né. Recolher um cara que vem da rua é... eu sei que o negócio é difícil. Situações de rua são inúmeras situações diferentes, você pega desde o velhinho que foi abandonado ao viciado em droga ao cara que foi jurado de morte... é...de tudo, de tudo! Da mulher que foi abandonada com não sei quantos filhos. (Marrom).*

*Obrigado! (risos) (Branco).*

A mesma pergunta foi realizada aos participantes da entrevista do município 1, apenas duas pessoas responderam:

*Tem que ser extinto! É verdade, tem que ser extinto, entendeu, o governo tem que dar é casa, é moradia e trabalho. Moradia e trabalho, só isso. Centro pop teria que ser assim, voltado a população de rua, quem tá albergado, ou tá no hotel social, ou tá no condomínio social com vaga fixa, não tem essa necessidade te tá frequentando o pop, ele já jantou, ele já tomou café da manhã, aí sim, um tíquete pra ele almoçar, já não precisaria nem pegar no centro pop, centro pop que é centro especializado de atendimento a população de rua, o cara tá no albergue tá... todos nós que estamos acolhidos estamos em situação de rua, mas, você já tá no abrigo, já tomou o seu café, então você não precisa tá tomando a vez daquele que dormiu na rua, então o cara que dormiu no hotel, dormiu no albergue, ele já tomou banho, já tomou o café da manhã, ele vai lá pra fila, ele tá tirando a vaga de quem dormiu na rua, se concorda? Eu acho que a prioridade seria pra quem dormiu na rua e eles sabem quem dormiu na rua, quem dormiu no hotel e quem dormiu no albergue, é isso. (Verde).*

Chamamos atenção para o fato de Verde ser uma pessoa politizada e engajada em movimentos sociais, inclusive, fez parte das pressões ao governo para implantação do equipamento Centro Pop. Sua primeira frase acima não requer o fechamento de anos de luta, de uma conquista histórica, mas, sim, a adequação da política pública, a execução da forma como foi planejada, o atendimento que gere a necessária e urgente transformação.

A outra resposta, veio de Amarelo, que sugeriu mudança no sistema de atendimento:

*O sistema! O sistema de, de, de abordagem das pessoas, no caso da pessoa ter, pelo menos da pessoa chegar cedo, 6:30 eles abrirem, a pessoa chegar lá poder tomar um banho, como é que se vai trabalhar com sono, ter um lugar pra você dormir, a maioria não tem onde dormir, os cara preferem dormir na rua, porque o albergue vai 150*

*peessoa, 100 peessoa tudo gente de tudo quanto é tipo, entende, briga, cara drogado, entende, como é que se vai ficar num ambiente desse? Ah, se eu for lá eu já mato meia dúzia, ou eles me matam, tô falando assim em termo de discutir, porque é difícil lidar com esse pessoal, porque a maioria tudo revoltada pelo sistema a peessoa vai ficando assim mesmo, né, mas é isso. Então o negócio é complicado, o negócio é muito complicado, eu espero que você tenha sorte. (Amarelo).*

Seja em busca de alimentação, encaminhamento para pernoite, local para higiene, contato com familiares, emissão de documentos, ou apenas para ser ouvida, acolhida, cada peessoa procura o Centro Pop com uma expectativa, uma intenção que pode ou não ser alimentada pela equipe. No próximo capítulo, discutiremos os sentidos que o Centro Pop têm para as peessoas em situação de rua entrevistadas.

## 6 SENTIDOS DO CENTRO POP PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Os sentidos, como já mencionado, são construções sociais coletivas que ocorrem em contextos de interações e permitem a criação de repertório para que as pessoas defrontem as situações corriqueiras (Spink, 2010). A construção do sentido está atrelada à cultura, época, interações e, embora não se produza sentidos individualmente (Spink, 2010), a trajetória individual, por meio dos processos de socialização de cada pessoa, contribui para a sua produção.

Para apresentarmos os sentidos do Centro Pop às pessoas que estão em situação de rua, precisamos inicialmente definir o que são expectativas. Segundo o dicionário online de português, a palavra ‘expectativa’ diz da espera por algum acontecimento, um de seus sinônimos é esperança (dicio online, 2020). Aos entrevistados, foi perguntando se houve mudança em suas vidas pelo atendimento prestado, qual era a expectativa sobre o atendimento e qual foi a realidade encontrada.

Iniciamos no município 1 com a fala do primeiro entrevistado que na verdade não conseguiu atendimento em nenhum Centro Pop:

*Como é que eu sem ser fulano de tal, me apresentar, sem um encaminhamento, sem uma autorização devida, vou usufruir serviços que son dentro de uma instituição, ocupar água, que é caríssima né. (Roxo).*

A intenção de Roxo era lavar suas roupas e se alimentar, contudo, mesmo tendo insistido algumas vezes em equipamentos diferentes, não conseguiu sequer entrar em algum Centro Pop, não recebeu atendimento. Um encaminhava para outro, ou afirmavam que a assistente social estava elaborando relatórios e não poderia lhe atender. Foi orientado por uma OSC a procurar a Defensoria Pública, mas, por receio, optou por abrir mão do atendimento e contar com auxílio de amigos e demais organizações.

*eu pretendo falar do meu amigo que lavei a roupa lá na casa dele, mas ir pra defensoria pública é algo que eu não faria, porque eu não sei o dia de amanhã se vou precisar bater na porta deles mais uma vez, porque a gente não pode atuar así de impulso, a gente tem que pensar o dia de amanhã. (Roxo).*

O sentido do Centro Pop, para ele, é de um equipamento falho, que não construiu vínculo, a política pública não se revelou. A necessidade de se alimentar e manter suas roupas limpas foram desrespeitadas pela ponte burocrática que alguns servidores sustentam.

Outro entrevistado, Azul, também expressou dificuldades em acessar o equipamento, tentou nos mesmos dois que Roxo, e conseguiu atendimento algumas vezes em um deles. Contudo, à pergunta se gerou transformação em sua vida, temos a seguinte resposta:

*Não, o único auxílio efetivo que eles me deu na hora que eu consegui foi alimentação, banho, algumas roupas. Não gerou uma transformação na minha vida, eu continuei na mesma, porque é a mesma coisa assim... Pra sair de casa, é fácil, pra voltar é difícil. É o que tá acontecendo comigo na rua. Eu saí de casa, agora pra mim voltar, tá sendo difícil, porque eu não tenho condições financeiras pra chegar até onde eu quero, né. (Azul).*

Azul ainda relatou sobre o tratamento que recebeu de alguns servidores:

*não adianta você ser educado, não adianta você dar rir, não adianta você, se tem que fazer alguma coisa pra ganhar ele,... mesmo assim se torna dificultoso porque existem é... pessoas que trata você como um morador de rua, mas, ele não te trata você como gente, ele te trata como qualquer, se entendeu? Então, eles vão, eu acho que eles vão lá pra ganhar o dinheiro deles né ...*

É fato que a cultura assistencialista ainda permeia a política da assistência social. As orientações técnicas são claras ao afirmar que a participação social deve ser estimulada, os



cidadãos precisam conhecer seus direitos e exercer o protagonismo (Brasil, 2017), entretanto fica evidente que ainda esbarramos na “boa vontade” de alguns que possivelmente pensam estar praticando favores à população, ao menos, agem como. Não iremos nos aprofundar nessa discussão, mas parece que a falta de preparo, a ausência de formação e até mesmo a simples aprovação em provas sem análise de perfil dos servidores prejudicam o atendimento.

Ao contrário do relatado acima, Verde afirmou:

*eu sempre fui bem tratado lá dentro, eu, eu. É... eles sempre souberam diferenciar também, porque sabem que eu vou atrás, preciso disso, não! Ah, não, então eu sei onde vou, vou na ouvidoria, é logo ali do lado, então eles procuram agilizar. O que eu preciso eu sempre tive lá dentro lá. E brigo também pelos outros, eles sempre dão um jeitinho aqui, um jeitinho brasileiro com conversa com diálogo tudo né, a gente consegue.*

Porém, sobre impactos em sua vida, a sua resposta se aproximou das anteriores:

*mudar a minha vida, não mudou em absolutamente nada. Pelo contrário. Dá raiva de ver o tratamento, mudou pra pior psicologicamente de ver a maneira que eles fazem o uso do aparelho, uma coisa que era pra funcionar como forma de integrar o cara, não digo reintegrar, de integrar no trabalho, lutar por moradia, mas, com o condomínio social, você também tem hora pra chegar, você não tem a chave do seu quarto, não é um condomínio social é um presídio. (Verde).*

Mais uma vez, observamos a ausência da autonomia, o desrespeito com as potencialidades individuais e a aplicação contrária do que orienta a própria política pública. Como nos lembra Freire (1997), o respeito à autonomia e à dignidade não é um favor, não é opcional, é uma obrigação ética. É assim que o ser humano se constrói, na troca dialógica que possibilita o enfrentamento às crenças de limitações.

O entrevistado Amarelo relatou que procurou o equipamento para fazer o Cadastro Único:

*Olha me deu, a única coisa que ele me deu foi o bolsa família que nem quero essa merda aí, essa miséria, né, 100 conto, vou fazer o quê? Em matéria de assistência social, olhe, pra falar a verdade, não me deram bosta nenhuma, entende, se eu não corresse atrás das coisas, olhe médico eu tive que correr atrás, porque pelo consultório de rua você não consegue entende, então tem que ver essa parte aí também, a parte de saúde, que só dão remédio lá pra dor de cabeça.*

Amarelo conseguiu o cadastro, porém, em seu relato, observamos que o atendimento ficou limitado à solicitação inicial. Talvez uma escuta mais apurada identificasse demais necessidades e promovesse outros e necessários encaminhamentos.

Finalizando o município 1, Laranja nos contou que, embora tenha enfrentado muitas filas e desencontros com a assistente social, ele conseguiu os encaminhamentos que precisava:

*Ah, ah, tipo assim, ele auxiliava né, mas mudar...mudar em nada porque eles precisava mais assim dar um imprante assim de assim a gente tá procurando um serviço, um tratamento, um tratamento melhor, tipo né, falar assim ah encaminhamento, tratamento melhor, tipo tentar fazer um convênio assim com o sine, tentar assim melhor, entendeu?*

Laranja reforçou a dificuldade de conseguir uma entrevista para emprego quando se está em situação de rua, o estigma da “drogadição” acompanha os sem moradia e ele esperava que o Centro Pop pudesse o auxiliar nessa questão:

*É, tentar né, colocar alguém lá assim que falasse no sine: não, o cara tá em situação de rua, mas, não usa droga e tal, essas coisas entendeu? Nois não usava droga, não bebia, nois só tava na situação de rua por causa de falta de emprego, se nois tivesse já emprego, não tava porque nois assim, nois ia pra igreja, fazia curso, uns estudava, entendeu? Faltava isso, também que você vai, você no sine, no sine eles te encaminha pro emprego, tudo bem, mas, se ocê for com os papel do FAS, a muié te entrevista*

*assim...as veis nem te entrevista: ah, não, já vê, ah, é morador de rua, é drogado. Na mente dela, isso aí ela não te fala pro cê...*

Partindo da fala acima, será que é muito arriscado comparar o cenário atual aos tempos de escravidão? Ou melhor, quando da abolição da escravatura onde os negros foram entregues à “liberdade” que significou ausência de moradia, geração de renda, condições básicas de saúde e sobrevivência. Biavaschi (2016) alerta que a tentativa falha do Estado em integrar os novos trabalhadores no período pré-abolição deixou como herança a política ineficaz de democratização ao essencial como emprego e renda. O estigma sofrido pelos escravos vem afetando em diferentes proporções as pessoas em situação de rua, que igualmente são postas à margem, num tratamento generalista que não acolhe as especificidades individuais.

Nas entrevistas do município 2, ficaram em evidência os encaminhamentos realizados e o acolhimento dos servidores. Nas palavras de Rosa:

*o povo é bastante acolhedor. Daí que nem eu, por exemplo, travesti/transsexual a pessoa ela já é meio excluída da sociedade, ainda mais quando na rua. Uma por ser travesti, outra por tá morando na rua. Você chega aqui é todo mundo acolhendo assim, todo mundo trata bem, ninguém te olha de um jeito estranho, é um...é mais uma pessoa normal, ninguém trata como: nossa, coitado é um morador de rua, né, que dó meu Deus do céu, acho que é isso. O que eu mais prezo aqui é não tem o preconceito.*

Sobre os impactos em sua vida, a entrevistada afirmou que a encaminharam para emissão de documentos várias vezes e sempre insistiam em questões que permeavam sua saúde:

*A gente pensa mais né. Daí tipo assim, pô, se tá na rua, poderia ter né, se tivesse ficado lá que nem eles falaram... tipo, San Julian (Hospital Psiquiátrico), era pra tar diferente, fica passando uns negócio na cabeça. Se não fosse o centro pop eu não teria nem começado a tomar remédio. (Rosa).*

Branco convergiu com Rosa, embora tenha trazido dificuldades com um servidor específico, que por vezes o tratou com deboche e estupidez. Completou que o equipamento o auxiliou a desenvolver algumas habilidades:

*Aprendi muita coisa aqui Andreza, por incrível que pareça, muita coisa aprendi aqui. Por exemplo...conviver com as pessoas. Consegui todos meus documentos, eu não tava recebendo nada, hoje eu recebo, é...sem falar que me tiraram da rua, isso é muito importante e sou muito bem atendido. Consegui os remédios é... cadastro no posto que eu não tinha documento, fizeram o teste pra mim, do meu sangue, tudo graças ao centro pop. Tudo o centro pop que te encaminhou.*

Precoma (2016) ensina a importância de nos desarmos de todo preconceito e julgamento na realização da escuta ativa. Ouvir e acolher a história do outro é fundamental para que o interlocutor perceba seu atendimento, sinta que tem voz e vez e possa ter suas demandas identificadas e, em conjunto, elabore os encaminhamentos necessários. Tal desprendimento pôde ser observado no Centro Pop do município 2.

Seguindo com as respostas se o atendimento no Centro Pop gerou ou não mudança de vida, temos a resposta de Marrom quanto à sua expectativa no atendimento:

*Eu pensava que eu ia ter um lugar na verdade só pra mim dormir e continuar na rua vadiando. Chegasse a hora que eu quisesse, saísse a hora que eu quisesse, que eu pensei que seria isso, e não é isso. Lá eles prepararam, querendo ou não eu tive um preparo pra poder sair outra pessoa pra rua, outra pessoa. Mas, eu quis, eu precisei mudar né, eu quis essa mudança.*

Entretanto, devido aos horários estabelecidos pelo equipamento, Marrom afirmou que enfrentou algumas dificuldades de adaptação, o que ele considerava como sendo um fator positivo:

*...devido às regras, hoje eu consigo ver meu filho de novo. Hoje eu consigo respeitar horário das coisas, hoje eu consegui alugar um quartinho pra mim. Tenho mais perspectiva das coisas hoje. Aprendi a me valorizar mais, aprendi a me dar mais valor... Olha, eu aprendi a ter mais regra e aprendi... no centro pop o que eu mais aprendi é... a ouvir mais as pessoas, a respeitar mais o direito do outro, a respeitar o espaço do outro. O que eu aprendi lá foi isso, a respeitar o espaço do semelhante. Na verdade o centro pop te ensina a ter respeito nas coisas. (Marrom).*

Já Preto mostrou uma perspectiva não relatada pelos entrevistados anteriormente, ele conseguiu lembrar do Plano Individual de Atendimento (PIA), elaborado em conjunto com a equipe, onde são traçadas metas e planos para seu futuro:

*é perguntado e eu falo o que que eu penso no meu futuro sobre uma, sobre o tema, determinado tema, determinada pergunta, que que eu penso em fazer, então é tudo é sugerido e não obrigado. É perguntado, perguntam o que que eu penso, eles podem de repente dar uma sugestão aqui e ali e tal mas nada que, nada obrigatório né. É mais ou menos isso. (Preto).*

As Orientações Técnicas sugerem a elaboração de um Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar, que deve ser iniciado no acolhimento e reavaliado continuamente, como informou Preto. O protagonista da formulação do plano é o próprio usuário do serviço e a equipe deve considerar as especificidades de cada história, e, sempre que possível, demais atores da rede socioassistencial e de saúde devem participar da elaboração (Brasil, 2017). Fica agora o questionamento se os demais entrevistados não tinham um plano ou não lembravam.

Sobre a mudança de vida, Preto acreditava que, por não seguir o PIA, não alcançou a transformação almejada:

*se eu tivesse seguido tudo, todos os passos do programa que tava sendo feito pra mim, hoje eu podia ter, tá numa, numa casa, hoje eu podia ter um serviço, quem sabe constituindo, tá começando a constituir uma família, se eu tivesse seguido os passos desde a primeira vez que eu vim aqui, mas não fiz, então, eu tô novamente começando de novo esse programa né, só não deu resultado porque eu não deixei, eu não dei tempo pra que isso acontecesse. (Preto).*

Como aponta Sambu (2014), a baixa autoestima e autorrejeição são sentimentos que permeiam, por vezes, o sujeito que está em situação de rua. O “fracasso” relatado acima foi atrelado exclusivamente ao indivíduo. Os desafios da sobrevivência diária levam alguns a desacreditar que têm os mesmos direitos daqueles que são residentes e domiciliados. Os pré-conceitos e julgamentos impostos pela sociedade vão sendo incorporados e as pessoas acabam se menosprezando por aceitar o discurso de não merecer.

O último entrevistado do município 2, Vermelho, contou que recorria ao equipamento quando estava em extrema necessidade:

*só tem ajudado, me ajudado, em termos de tudo. Psicologicamente, é... termos de roupa, alimentação, documentação principal. Nossa me ajudaram muito, tratamentos, fui para o San Julian (Hospital Psiquiátrico) duas vezes, agora pretendo ir novamente. Por que eu vejo, quando eu não tô aguentando mais, porque eu recorro aqui? Só vocês mesmo, Aí quando eu vejo que eu tô ferrado mesmo, que eu tô morrendo, eu recorro a vocês. (Vermelho).*

Perguntamos se era correto afirmar que para ele o Centro Pop promoveu transformação, e Vermelho respondeu:

*Pra mim, sim, pelo menos é o que tá acontecendo comigo, mas, já vi várias pessoas também, que saíram daqui e tão estruturadas. A pessoa só não muda se não tiver opinião mesmo, e voltar pras mesmas companhias. Porque, que nem eu lhe disse, companhia influencia sim! Aqui não, mudou tudo, esqueci de droga, bebida, parece que o ar é outro, sabe. Então acho legal. (Vermelho)*

Os últimos relatos nos permitem observar que o equipamento neste município, para algumas pessoas, servia como um local de referência. Embora à primeira vista não percebemos grandes mudanças de vida, uma leitura atenta das entrevistas revelou que os usuários sabiam onde buscar atendimento e mantinham a liberdade de o fazer quando acreditavam ser necessário. Vale destacar que no município 2 não foi relatado filas de acesso ou qualquer forma de burocracia para adentrar ao equipamento que não seu próprio horário de funcionamento.

Contudo, nas entrevistas não observamos total respeito às individualidades, nos remetendo a um atendimento generalizado, desconstrutor de direitos, onde resquícios da sociedade patriarcal com suas relações autoritárias permeiam as políticas públicas de forma a marginalizar os sujeitos de direitos.

Arendt (1989) afirma que não temos com o que comparar a vida nos campos de concentração. Sabemos que surgiram na Guerra dos Bôeres (Séc. XX) e foram usados na África do Sul e Índia como forma de conter “suspeitos” e “elementos indesejáveis.” Ficaram conhecidos historicamente por seu uso na Segunda Guerra Mundial. Arendt classifica os campos em três tipos, Limbo, Purgatório e Inferno:

Ao Limbo correspondem aquelas formas relativamente benignas, que já foram populares mesmo em países não-totalitários, destinadas a afastar da sociedade todo tipo de elementos indesejáveis — os refugiados, os apátridas, os marginais e os desempregados —; os campos de pessoas deslocadas, por exemplo, que continuaram a existir mesmo depois da guerra, nada mais são do que campos para os que se tornaram supérfluos e

importunos. O Purgatório é representado pelos campos de trabalho da União Soviética, onde o abandono alia-se ao trabalho forçado e desordenado. O Inferno, no sentido mais literal, é representado por aquele tipo de campos que os nazistas aperfeiçoaram e onde toda a vida era organizada, completa e sistematicamente, de modo a causar o maior tormento possível. (Arendt, 1989, p. 496).

Nos campos, não havia identidade, as pessoas eram humilhadas, degradadas, se distanciavam de seus direitos, da liberdade, dos sonhos, familiares, de toda vida que construíram e almejavam construir. Os campos de concentração eram locais de extermínio do ser humano (Felizardo & Oliveira, 2017).

Todo o sofrimento trazido pelo distanciamento da sociedade, por horas de fila, atendimento impessoal e generalista, demandas suprimidas, se encontram com o que Arendt (1989) afirma ter de comum nos três tipos de campos de concentração, aquelas pessoas são tratadas com indiferença, como se ninguém se importasse com o que lhes acontece, “como se já estivessem mortas.” Embora a autora nos deixe claro que não há com o que comparar os campos de concentração, com máximo respeito às pessoas que tiveram suas vidas usurpadas no limbo, purgatório ou inferno, percebemos que algumas possibilidades de comparação são reais se considerarmos o “objetivo” final que é a eliminação dos indesejáveis.

Conforme os serviços ofertados se distanciam das necessidades individuais, as pessoas têm suas potencialidades reduzidas, são desumanizadas, como se não soubessem o que querem, para onde desejam ir, como guiar suas vidas em fim. Observamos a “absolutização da ignorância” (Freire, 1987) decretada pelo atendimento prestado à quem está em situação de rua. O conhecimento prévio individual não parece ser considerado, as histórias que carregam são descartadas e a atenção é dispensada como favor.

Talvez a herança assistencialista e a inobservância de perfil para atendimento ao público impliquem a desconstrução da política pública. Embora a Constituição Federal esclareça que a



assistência social é para quem dela necessitar e dispense contribuições financeiras prévias (1988), além de ser direito do cidadão e dever do Estado (LOAS, 1993), ainda carregamos o caráter de favor e permitimos a ausência do Estado que deixa suas obrigações para a sociedade civil. Mais uma vez, não se trata de crítica às OSC, mas sim ao Estado.

O problema do assistencialismo é justamente essa visão de favor e não de direito, também podemos apontar que era (ou ainda é) incentivado pelo (neo)liberalismo que se baseia no mérito e competição de mercado, sem considerar demais fatores, como se todos tivessem as mesmas oportunidades de garantir a sobrevivência. Vale considerar também, como aponta Santos (1979), que as primeiras constituições nacionais foram embasadas no liberalismo, assim, historicamente, a meritocracia nos acompanha e, atualmente, nos assombra.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Eu luto e não me rendo  
Caio e não me vendo  
Não recuo nem em pensamento  
Sigo em movimento que pra mim é natural  
De resistência cultural  
(Marcelo D2)*

No Brasil, podemos afirmar que o fenômeno “pessoas em situação de rua” existe desde a chamada colonização. Quando os portugueses chegaram, tomaram as terras dos Índios. Mais tarde, ao escravizarem e depois libertarem os negros, os deixaram à margem da própria sorte, sem ter para onde ir ou sequer formas de sustento.

Arelado a esse histórico, o percurso das políticas públicas sociais no país vem caminhando de mãos dadas ao liberalismo, neoliberalismo, privatizações e à própria ausência do Estado, que repassa para a sociedade civil suas obrigações. Ainda hoje, conforme Souza (2015), a transformação das políticas da assistência social é barrada pelo paradigma assistencialista e filantrópico, que acompanha a construção das políticas públicas. Acrescentamos ainda a marginalização legalizada dos pobres, que foi alimentando estigmas e culpabilizando o sujeito com direitos violados pelo Estado e sociedade.

A partir das entrevistas, percebemos que as pessoas em situação de rua por vezes não encontram no equipamento Centro Pop o atendimento especializado como descreve a política pública. Em alguns casos, sequer conseguem adentrar ao equipamento e explicar suas necessidades. O tratamento dispensado a elas nem sempre considera as individualidades, generalizando o atendimento e as afastando ao invés de acolher.

A burocracia de alguns equipamentos, o desrespeito com a vida alheia, a desatenção civil, geram indiferença (Sousa & Veronese, 2016). Não se reconhecer na realidade que convive parece algo imposto aos que trabalham com pessoas em situação de rua. Silva (2008) afirma que “produzir a desumanidade é algo que se situa entre as escolhas humanas.” (p. 28). Apenas a

aprovação no concurso público ou a indicação política para ocupar cargo comissionado não são suficientes para gerar alteridade, se identificar com o público com quem trabalha e realizar atendimentos de qualidade.

Não estamos desqualificando o atendimento prestado atualmente, mas, claramente, percebemos que ocorre um ciclo vicioso, a pessoa em situação de rua é praticamente convidada a se manter nas ruas e sobreviver das esmolas do governo. Em raros casos se sugeriu desenvolver potencialidades, envolver em cursos que possam efetivamente gerar renda, nem mesmo a necessidade primeira de quem está nas ruas era atendida: a falta de moradia. Soluções temporárias como pernoites limitadas em abrigos, albergues, hotéis era o máximo oferecido.

Há sempre uma desconfiança, parece que o cidadão tem de provar merecer sair das ruas, provar para a equipe que o atende a capacidade de estar novamente domiciliado em residência fixa. Essa contradição, mantém o sujeito refém das políticas públicas, revela o despreparo das equipes e, nos perdoe a repetição, mas, parece tão óbvio, quem está em situação de rua precisa emergencialmente de moradia, porque esta não é a primeira questão a ser atendida?

Não queremos ser exaustivos, já está claro que o Centro Pop não gera mudança de vida, atende, em alguns casos, necessidades básicas de alimentação e higiene. Não tira o véu da invisibilidade dos que estão nas ruas, não promove (re)inserção social, não eleva autoestima, não os atende como sujeitos de direitos. É a expressão atual do assistencialismo.

O termo “especializado” que consta na nomenclatura do equipamento nos remete ao fordismo, taylorismo, compreendemos que os trabalhadores do Centro Pop não são especialistas no que fazem, alguns sequer recebem treinamento, ocorrem que fazem uma coisa só, daí o caráter de trabalho especializado.

Ao fim de nossa jornada, retomando nossos objetivos, lembramos que sentidos são construídos de relações e experiências do sujeito (Camargo, 2018), o Centro Pop para quem utiliza os serviços do equipado parece causar dano. É isso, prejuízo físico, psicológico, material.

Não atende às expectativas das pessoas em situação de rua, sejam as mais simples como espaço para higiene, ou mais complexas, como a real possibilidade de saída das ruas.

Esta pesquisa contribuiu para produção de conhecimento a partir da visão dos usuários do equipamento. Conhecemos minimamente como se dá o atendimento em alguns Centros Pop e a qualidade dos serviços prestados. Vale lembrar, sempre, que não estamos generalizando, sabemos que há locais com profissionais mais envolvidos e atendimentos de melhor qualidade.

A sugestão que fica é, inicialmente, a formação dos servidores, porém, não por meio de qualquer empresa vencedora de licitação, mas, sim, pelo próprio MNPR, uma organização que se estruturou de forma a apenas fazer parte quem tem vivência de rua, demais pessoas são consideradas como apoiadores e não integrantes do movimento. O MNPR então dispõe da vivência, do conhecimento empírico, além de diversos apoiadores com formação técnica, essa mescla traz a voz da rua, a necessidade real com aporte científico para elaboração de estratégias de atendimento.

Ouvir além do MNPR, as OSCs que prestam atendimento às pessoas em situação de rua, se aproximar dos métodos que utilizam, rever os horários de funcionamento dos equipamentos e a interação com as demais políticas públicas (habitação, saúde, educação, trabalho...). Apostar no ser humano e toda sua capacidade, rompendo com a meritocracia, considerando que cada um tem sua história e motivos que o deixaram em situação de rua. Compreender que a função do Centro Pop é desafiar as adversidades e revelar as potencialidades esquecidas.

Para finalizarmos, salientamos que a história é importante para tomada de consciência crítica. Vamos resgatar nossa história, histórias individuais, culturas, coletividades. A base é a escuta. Por mais simples que pareça. Precisamos parar e ouvir. As ruas estão gritando!

## REFERÊNCIAS

- Anônimo. (1988). A palavra da FUNABEM. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 8(1), 6-7.  
<https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931988000100003>
- Arendt, H. (2002). *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Arendt, H (1989) *Origens do totalitarismo*. Recuperado de:  
[http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh\\_arendt\\_origens\\_totalitarismo.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_arendt_origens_totalitarismo.pdf)
- Behring, E. R., & Boschetti, I. (2007). *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortês.
- Berger, P. L., & Luckmann. (2014). *A Construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes
- Benedicto, M. (2018, abril 27). *Desemprego volta a crescer no primeiro trimestre de 2018*. Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018>
- Biavaschi, M. B. (2016). O processo de construção e desconstrução da tela de proteção social do trabalho: tempos de regresso. *Estudos Avançados*, 30(87), 75-87.  
<https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870005>
- Brasil. (1830). *Código Criminal do Império*. Recuperado de  
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221763>
- Brasil. (1988). *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988.  
 Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Brasil. (1890). Decreto 847. *Promulga o Código Penal*. Recuperado de  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm)
- Brasil. (1941). *Lei das Contravenções Penais*. Recuperado de  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3688.htm#art60](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3688.htm#art60)
- Brasil. (2009). Lei 11.983. *Revoga o art. 60 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei de Contravenções Penais*. Recuperado de  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11983.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11983.htm)
- Brasil. (1993). Lei 8.742. *Lei Orgânica da Assistência Social*. Recuperado de  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm)
- Brasil, Ministério da Saúde. (2019) *Princípios do SUS*. Recuperado de  
<http://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude/principios-do-sus>
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009) *Rua: aprendendo contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social

- Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social. (2017). *Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) e serviço especializado para pessoas em situação de rua*. 1 reimpressão. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social
- Brasil. (2009). *Política Nacional de Assistência Social/PNAS*. (2004). Brasília
- Bueller, C. (2019, maio 12). Programa Moradia Primeiro completa um ano e esbarra na escassez de interessados. Recuperado de <https://www.correiodopovo.com.br/not%3%ADcias/geral/programa-moradia-primeiro-completa-um-ano-e-esbarra-na-escassez-de-interessados-1.338483>
- Camargo, D. (2018). *Aula ministrada na UTP/Pr*, Curitiba: (Informação verbal).
- Censo SUAS. (2018). Centro Pop. Recuperado de <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>.
- Collucci, C., & Amâncio, T. (2019, fev 25). Projetos pioneiros testam aluguel social em São Paulo e Porto Alegre. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/projetos-pioneiros-testam-aluguel-social-em-sao-paulo-e-porto-alegre.shtml>
- Costa Filho, C. (2012). *Estudo comparativo da qualidade de serviços de instituições de ensino superior de Paranavaí* (Dissertação de Mestrado Profissional em Administração). Recuperado de [http://www.fpl.edu.br/2013/media/pdfs/mestrado/dissertacoes\\_2012/dissertacao\\_hercilio\\_costa\\_filho\\_2012.pdf](http://www.fpl.edu.br/2013/media/pdfs/mestrado/dissertacoes_2012/dissertacao_hercilio_costa_filho_2012.pdf)
- Couto, B. R. (2006). *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez.
- Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 (2009, 23 dezembro). Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2013). *Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática*. 6. ed. Petrópolis: Vozes
- Dicionário Online de Português. Recuperado de <https://www.dicio.com.br/>
- Faleiros, V. D. P. (2009). Infância e o processo político no Brasil. In Rizzini, I. & Pilloti, F. (orgs.), *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. (pp. 33-92). São Paulo, Cortez.
- Felizardo, J. T., & Oliveira, J. L. de. (2017). As análises de Hannah Arendt acerca dos campos de concentração e suas relações com o "holocausto brasileiro". *Mental*, 11(21), 431-444. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-44272017000200009&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272017000200009&lng=pt&tlng=pt).
- Fernandes, S. (2011). Política social I. *Aula ministrada na PUCPR*, Curitiba: (informação verbal).

- Fischer, R. M. B. (2001). *Foucault e a análise do discurso em educação*. Cadernos de Pesquisa, (114), 197-223.
- Frangella, S. M. (2004). *Corpos Urbanos Errantes: uma etnografia da corporalidade moradores de rua em São Paulo* (Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas). Recuperado de [http://www.academia.edu/401264/Corpos\\_Urbanos\\_Errantes\\_Uma\\_Etnografia\\_Da\\_Corporalidade\\_De\\_Moradores\\_De\\_Uma\\_Rua\\_Em\\_S%C3%A3o\\_Paulo](http://www.academia.edu/401264/Corpos_Urbanos_Errantes_Uma_Etnografia_Da_Corporalidade_De_Moradores_De_Uma_Rua_Em_S%C3%A3o_Paulo)
- Freire, P. (1979). *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*, 17<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- Fundação de Ação Social (FAS). (2016) *Pesquisa sobre a População em situação de Rua de Curitiba*. Recuperado de <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/fas-realiza-pesquisa-sobre-populacao-em-situacao-de-rua-de-curitiba/40126>
- Garcez, P. D. M., Bulla, G. D. S., & Loder, L. L. (2014). Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 30(2), 257-288. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-445078307364908145>
- Gergen, K. J. (2009). O Movimento do construcionismo social na psicologia moderna. *Intertheses*, 6, 233-325. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n1p299/10807>
- Goffman, E. (1981). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. Disponível em: <http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201702/20170214-114707-001.pdf>
- Goffman, E. (2012). *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes
- Gomes da Silva, F., & Lima, A. (2017). Desenvolvimento e políticas sociais focalizadas: da concepção de estado à concepção de mercado. *Holos*, 1, 361-373. doi:10.15628/holos.2017.5040
- Guimarães, A. S. A. (2015). Ação afirmativa, autoritarismo e liberalismo no Brasil de 1968. *Novos estudos CEBRAP*, (101), 5-25. doi:10.1590/S0101-33002015000100001
- G1. (2018). Aumento do número de pessoas em situação de rua preocupa moradores de Petrópolis, no RJ. Recuperado de <https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2018/08/28/aumento-do-numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-preocupa-moradores-de-petropolis-no-rj.ghtml>

- Hack, N. S., Lima, O. C., Moreira, G. S., Oliveira, C. C., & Silva, E. C. C. . Produção acadêmica brasileira sobre a população em situação de rua: um estudo de revisão sistemática. In: XIV Encontro de Iniciação Científica, XIII Fórum Científico e V Seminário do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), 2018, Curitiba. Anais XIV ENFOC : Encontro de Iniciação Científica e XIII Fórum Científico e V Seminário PIBID: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, 2018.
- Lobato, L. V. C. (2016). Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro. *Saúde em Debate*, 40(spe), 87-97. doi:10.1590/0103-11042016s08
- Malavazzi, D. M. & Pereira, M. E. M. (2016). Definição, Tipos e Funções de Regra: Uma Interpretação da Obra de B. F. Skinner. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(3), e323223. Epub August 14, 2017. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-3772e323223>
- Marcílio, M. L. (1998). *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec
- Martinelli, M. L. (1999). *Pesquisa Qualitativa: Um Instigante desafio*. São Paulo: Veras
- Martins, J. S. (2003). *Exclusão social e a nova desigualdade*. 2. ed. São Paulo: Paulus
- Marx, K. (2010). *O Capital: edição condensada*. [condensador: Gabriel Deville; tradução: Murilo Coelho]. São Paulo: Folha de São Paulo.
- Marx, K. (1851/1852). O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte. Recuperado de [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_fontes/acer\\_marx/tme\\_02.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_02.pdf)
- Mattos, R. M., & Ferreira, R. F. (2004). Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 47-58. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822004000200007>
- Melito, L. (2018, set 22). População de rua deve ficar fora do censo 2020. Recuperado de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-09/populacao-de-rua-deve-ficar-fora-do-censo-2020>
- Melo, T. H. A. G. (2017). *Política dos “improváveis” : Percursos de engajamento militante no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)* (Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense). Recuperado de <http://ppgantropologia.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/16/2016/07/TOM%C3%81S-HENRIQUE-DE-AZEVEDO-GOMES-MELO.pdf>
- Miguel, M.C., & Silveira, R.Z. (2017). Sociedade e qualidade de serviços: direitos fundamentais das pessoas em situação de rua sob o enfoque teórico-metodológico Servqual. *Acta Scientiarum*, 39, 223-233. doi: 10.4025/actascihumansoc.v39i3.33550
- Minayo, M. C. de S. (2015). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes
- Monteiro, M. (2009). El Fortalecimiento em la comunidade, sus dificultades y alcances. *Universitas Psychologia*, 8 (3), 615-626. Recuperado de <https://www.unrc.edu.ar/unrc/psc/pdfs/biblio/4.%20Montero.pdf>



- Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). (2009). *Carta de Brasília Aberta ao Presidente da República Federativa do Brasil*. Recuperado de [http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Carta\\_Aberta\\_aoPresidente\\_da\\_Republica\\_Federativa\\_do\\_Brasil.pdf](http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Carta_Aberta_aoPresidente_da_Republica_Federativa_do_Brasil.pdf)
- Natalino, M.A.C. (2016). *Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil*. [Adobe Digital Editions version]. [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td\\_2246.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf)
- Nunes, M. (2016, sep 5). Movimento Nacional da População de Rua realiza Congresso em Minas Gerais. Recuperado de <https://www.rederua.org.br/single-post/2016/09/05/Movimento-Nacional-da-Popula%C3%A7%C3%A3o-de-Rua-realiza-Congresso-em-Minas-Gerais>
- Oliveira, D. (2012). *História do Brasil política e economia*. Curitiba: InterSaberes.
- Oliveira, G. N. (2010). O projeto terapêutico singular. In G. W. S. Campos, & A. V. P. Gerreiro, (orgs.), *Manual de práticas da Atenção Básica: saúde ampliada e compartilhada* (2a. ed., pp. 283-297). São Paulo: Hucitec.
- Oliveira, R., Sampaio, S. S., & Saldanha, W. S. (2015) Redução de danos no atendimento a sujeitos em situação de rua. *Argumentum*, 7, 221-234. doi: 10.18315
- Parker, R., & Aggleton, P. (2001). Estigma, discriminação e AIDS. *Coleção ABIA, Cidadania e direitos*, 1. Rio de Janeiro
- Paiva, I. K. S. de; Lira, C. D. G.; Justino, J. M. R.; Miranda, M. G. O., & Saraiva, A. K. M. (2016). Homeless people's right to health: reflections on the problems and components. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(8), 2595-2606. doi:10.1590/1413-81232015218.06892015
- Paugam, S. (2014). O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In B. Sawaia (org), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes
- Perez, J. R. R., & Passone, E. F. (2010). Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 40(140), 649-673. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000200017>
- Piva, N. (2016, jun 30). Curitiba tem 1,7 mil moradores de rua; maioria tem família na região. Recuperado de <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/curitiba-tem-17-mil-moradores-de-rua-maioria-tem-familia-na-regiao-cg6hv3l51sk3lgov4bd8dneil>
- Pereira, P.A.P. (2008). *Necessidades Humanas Subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez.
- Precoma, E. C. A. (2016). Escuta ativa e amorosa: tecendo redes de proteção entrelaçadas com as vozes da resiliência e da complexidade. *Conferencia Internacional Saberes para uma Cidadania Planetária*. Fortaleza.

- Rizzini, I. (2009). A infância sem disfarces: uma leitura histórica. In Rizzini, I., & Pilotti, F. (orgs.), *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. (pp. 15-30). São Paulo: Cortez.
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. São Paulo: Editora PUC Rio / Edições Loyola.
- Rizzini, I. (2008). *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. São Paulo, Cortez.
- Rizzini, I., & Couto, R. M. B. (2019). População infantil e adolescente nas ruas: Principais temas de pesquisa no Brasil. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 19(1), 105-122. Epub <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30867>
- Sales, M. A. (2006). Política e direitos de crianças e adolescentes: entre o litígio e a tentação do consenso. In M. C. Leal, M. A. Sales, & M. C. Matos (orgs.), *Política Social, família e juventude* (pp. 207-259). São Paulo: Cortez.
- Sambu, A. (2014). De volta para a casa: Análise de uma política pública voltada à assistência social das pessoas em situação de rua em João Pessoa – Paraíba (dissertação). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, Brasil. Recuperado de: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/169>
- Santos, B. S. (2013). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- Santos, W. G. (1979). *Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus.
- Sawaia, B. (2014). Exclusão ou inclusão perversa? In: As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética das desigualdades sociais. Petrópolis: Editora Vozes.
- Schmidt, K., & Robaina, I. M. M. (2017). Beyond removal: Critically engaging in research on geographies of homelessness in the city of Rio de Janeiro, *Journal of Latin American Geography* 16(1) 93-116. doi: 10.1353/lag.2017.0013
- Serpa, V. Virgínia, C., & Cavalcante, S. (2015). Assistência social pública brasileira: uma política da autonomia - um dispositivo biopolítico. *Revista Subjetividades*, 15(3), 428-437. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2359-07692015000300011&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692015000300011&lng=pt&tlng=pt).
- Silva, C. R., Pinho, R.J., Martins, M. S., & Ricci, T.E. (2017) Revitalização como valorização dos usuários e da equipe: a experiência do Centro POP. *Revista Interinstitucional Brasileira Terapia Ocupacional. Rio de Janeiro*. v.1(5): 681-692. Recuperado de: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/9710>
- Silva, F. L. (2008). A conduta indiferente. *Ide*, 31(47), 24-29. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31062008000200004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062008000200004&lng=pt&tlng=pt).

- Simões, C. (2014). *Curso de Direito do Serviço Social*. São Paulo: Cortez.
- Sousa, E. L. A., & Veronese, L. G. (2016). Burocracia: a política da indiferença. *Revista Polis e Psique*, 6(2), 87-108. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2238-152X2016000200006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000200006&lng=pt&tlng=pt).
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, (16), 20-45. doi:10.1590/S1517-45222006000200003
- Souza, W. A. (2015). A assistência social e o trabalho com as pessoas em situação de rua no CREAS: Um campo de intercessão (dissertação). Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/131844>
- Trindade, J. M. (1999). O abandono de crianças ou a negação do óbvio. *Revista Brasileira de História*, 19(37), 35-58. <https://doi.org/10.1590/S0102-01881999000100003>
- Trindade, H. (2017). Crise do capital, exército industrial de reserva e precariado no Brasil contemporâneo. *Serviço Social e Sociedade*, 129, 225-244. doi:10.1590/0101-6628.106
- Vallauri, M. (2006). *Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua*. Curitiba: Editora Gráfica Popular.
- Valverde, S., & Oliveira, M. A. M. (2016). Doutorado em Antropologia (UBA-Argentina) e mestrado em Estudos Fronteiriços (UFMS-Brasil): experiências de pesquisas aplicadas em intercâmbios internacionais. *RBPG*, 13, 511-531. doi: 10.21713/2358-2332.2016.v13.959
- Vieira, M. A. C., Bezerra, E. M. R., & Rosa. (1992). *População de rua quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Hucitec
- Wanderley, M. B. (2014). Refletindo sobre a noção de exclusão In: *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (Bader Sawaia org). Petrópolis: editora Vozes.

## APÊNDICES

### Apêndice 1 – Roteiro de Entrevista

Idade:

Identidade de Gênero:

Orientação Sexual:

- 01) Há quanto tempo está em situação de rua?
- 02) Por que está em situação de rua? Com quem e onde residia antes de ir para as ruas?
- 03) Descreva pra mim, como é seu dia a dia nas ruas?
- 04) Faz ou já fez uso de álcool e/ou outras drogas? Há quanto tempo?
- 05) Quais locais de atendimento você costuma frequentar? (saúde, assistência, etc.) Como é o atendimento nestes locais?
- 06) Quais Centros Pop você já utilizou?
- 07) Para qual serviço você procurou o Centro Pop?
- 08) Qual era sua expectativa ao procurar atendimento no Centro Pop?
- 09) Teve alguma dificuldade para acessar ou se manter no atendimento?
- 10) Após se inserir no serviço, algo mudou na sua vida? (expectativa x realidade)
- 11) O que você acha do atendimento prestado no Centro Pop? Descreva um atendimento. Cena boa e ruim.
- 12) Poderia melhorar algo no Centro Pop? O que você sugere?
- 13) O atendimento que você vem recebendo está lhe auxiliando em quê?

## Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu Andreza Cristina da Silva, aluna do curso de mestrado em psicologia social e saúde, orientada pela professora doutora Grazielle Tagliamento, da Universidade Tuiuti do Paraná, estou convidando você, a participar de um estudo intitulado Sentidos do Centro Pop para População Adulta em Situação de Rua. Este estudo é importante para contribuir com conhecimento científico na área a partir da visão de quem utiliza os serviços.

a) O objetivo desta pesquisa é: Identificar o sentido que os serviços oferecidos pelo Centro Pop têm para a população adulta em situação de rua.

b) Caso você participe da pesquisa, será necessário conceder uma entrevista de aproximadamente 45 minutos, onde serão realizadas questões geradoras.

c) A entrevista será realizada no Centro Pop que você costuma frequentar.

d) É possível que você experimente algum desconforto, principalmente relacionado a questões psicológicas, por estar relendo experiências pessoais.

e) Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser o desconforto e inquietação psicológica.

f) Os benefícios esperados com essa pesquisa são a elaboração de sugestões de melhorias às gestões dos Centro Pop. Nem sempre você será diretamente beneficiado com o resultado da pesquisa, mas poderá contribuir para o avanço científico.

g) As pesquisadora Andreza Cristina da Silva responsável por este estudo poderá ser localizada pelo telefone 41 992254949, e-mail tinaesilva@yahoo.com, ou ainda em seu local de trabalho, pelo telefone 41 36279472 no horário das 8:30 às 17h. para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

h) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

i) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas como a orientadora do projeto de pesquisa e banca avaliadora. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade.**

j) O material obtido, gravação da entrevista será utilizado unicamente para essa pesquisa e será destruído/descartado ao término do estudo, dentro de 3 anos.

k) As despesas necessárias para a realização da pesquisa como transporte do pesquisador, não são de sua responsabilidade e você não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

l) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código, ou serão apresentados apenas dados gerais de todos participantes da pesquisa.

m) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Tuiuti do Paraná, pelo telefone (041) 3331-7668. Rua: Sidnei A. Rangel Santos, 238 Sala 328 Bloco C. Horário de atendimento das 13:30 às 17:30.

Eu, \_\_\_\_\_ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Eu receberei uma via assinada e datada deste documento.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---



[Assinatura do Participante de Pesquisa ou Responsável Legal]

---

Andreza Cristina da Silva

## ANEXO

## Anexo 1 – Certificado de Aprovação do CEP

- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA	
<p><b>Título da Pesquisa:</b> SENTIDOS DO CENTRO POP PARA PESSOAS ADULTAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM CURITIBA E REGIÃO <b>Pesquisador Responsável:</b> Andreza Cristina da Silva <b>Área Temática:</b> <b>Versão:</b> 4 <b>CAAE:</b> 93370018.9.0000.8040 <b>Submetido em:</b> 17/10/2018 <b>Instituição Proponente:</b> SOCIEDADE CIVIL EDUCACIONAL TUIUTI LIMITADA <b>Situação da Versão do Projeto:</b> Aprovado <b>Localização atual da Versão do Projeto:</b> Pesquisador Responsável <b>Patrocinador Principal:</b> Financiamento Próprio</p>	
Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_1151608	